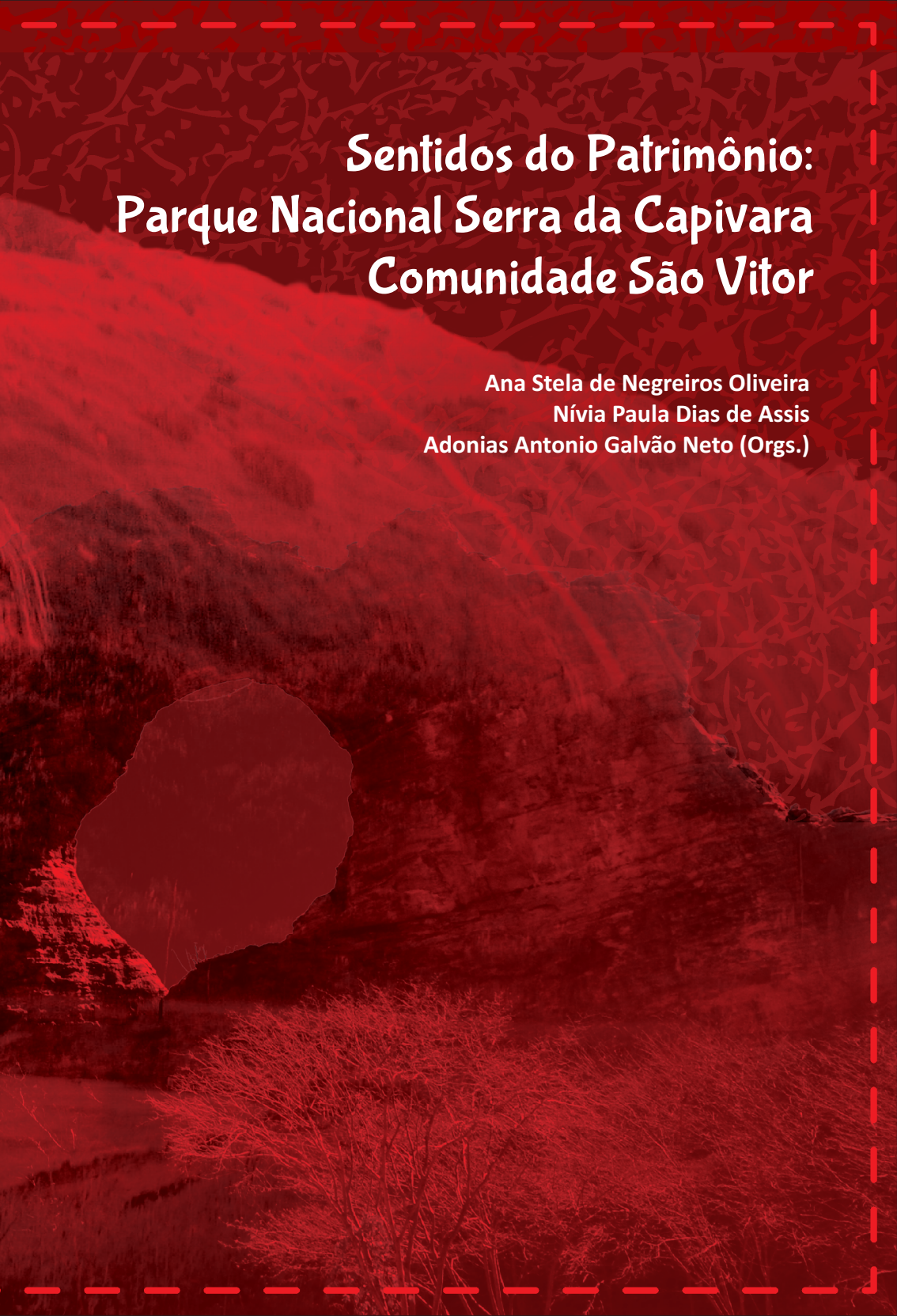
Sentidos do Patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara Comunidade São Vitor

Ana Stela de Negreiros Oliveira
Nívia Paula Dias de Assis
Adonias Antonio Galvão Neto (Orgs.)



Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Cultura
Roberto Freire

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretor do Departamento de Planejamento e Administração
Marcos José Silva Rêgo

Diretor do Departamento de Articulação e Fomento
Marcelo Brito

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
Andrey Rosenthal Schlee

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

Superintendente do IPHAN no Piauí
Fábio José Lustosa da Costa Ferreira

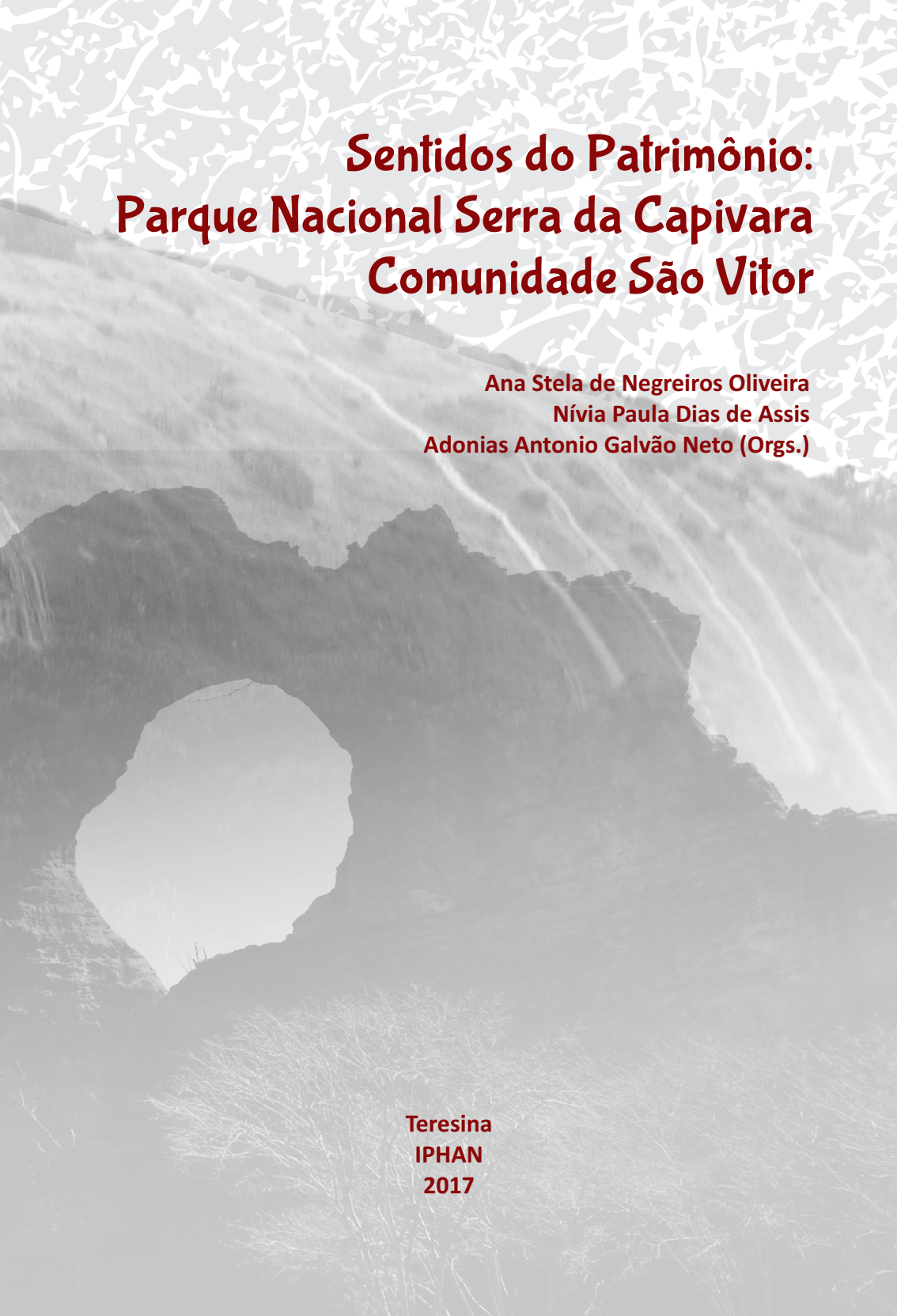
Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato
Ana Stela de Negreiros Oliveira

Chefe da Divisão Técnica do IPHAN no Piauí
Wania Lucy Valim Bertinato

Chefe da Divisão Administrativa do IPHAN no Piauí
Delite Nepomuceno da Fonseca

Sentidos do Patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara Comunidade São Vitor

Ana Stela de Negreiros Oliveira
Nívia Paula Dias de Assis
Adonias Antonio Galvão Neto (Orgs.)



Teresina
IPHAN
2017

Organização
Ana Stela de Negreiros Oliveira
Nívia Paula Dias de Assis
Adonias Antonio Galvão Neto

Projeto Gráfico
Natanael Miranda de Souza
Nívia Paula Dias de Assis

Diagramação
Natanael Miranda de Souza

Fotos Capa
Adonias Antonio Galvão Neto
Nívia Paula Dias de Assis

Ilustrações
Elver Luiz Mayer
Diego Ribeiro de Souza

Revisão
Rogério Ricardo de Sousa
Adonias Antonio Galvão Neto

Impressão
Gráfica Ipanema

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

S478

Sentidos do Patrimônio : Parque Nacional Serra da Capivara : Comunidade São Vitor / Ana Stela de Negreiros Oliveira, Nívia Paula Dias de Assis e Adonias Antonio Galvão Neto, organizadores. – Teresina, PI : IPHAN, 2017.
120 p. ; 15x22 cm

ISBN: 978-85-7334-312-0

1. Parque Nacional Serra da Capivara. 2. Arqueologia. 3. Patrimônio Cultural. I. Oliveira, Ana Stela de Negreiros. II. Assis, Nívia Paula Dias de. III. Galvão Neto, Adonias Antonio.

CDD 930.1

Sumário

Apresentação 5

Capítulo 1 - Patrimônio 12
Território Serra da Capivara: conexões e sentidos do patrimônio cultural

Capítulo 2 - Meio Ambiente 26
Serra da Capivara e Lagoa de São Vitor: Um olhar para os ambientes do passado e do presente

Capítulo 3 - Paleontologia 40
Paleontologia e Paleocologia no Território Serra da Capivara

Capítulo 4 - Arqueologia 60
Povoado São Vitor: Passagens e Paisagens Arqueológicas

Capítulo 5 - História 78
Fazendeiros, Nativos e Cativos na colonização do Sudeste do Piauí: Fazenda São Victor (séc. XVIII e XIX)

Capítulo 6 - Memórias 100
Memórias na Lagoa de São Vitor

Apresentação

É muito significativo apresentar um trabalho que materializa uma concepção institucional construída coletivamente entre técnicos do Iphan, universidades, instituições da sociedade civil, pesquisadores e detentores do patrimônio cultural que dão sentido especial à sua prática profissional e, por que não dizer, à sua militância em favor de práticas participativas na preservação do patrimônio cultural.

A partir do princípio de que a efetividade de uma política pública relaciona-se diretamente à capacidade da sociedade participar, decidir e avaliar ações e serviços prestados por ela, constitui-se estratégia essencial e prioritária nesse campo de atuação fomentar e reconhecer a educação patrimonial como um processo permanente para obtenção dessa abordagem dialógica e de construção coletiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural.

A perspectiva é de somar esforços para que a educação patrimonial conquiste maior inserção na formação escolar, no cotidiano das comunidades, nas instâncias de decisão – colegiados, conselhos e comitês – e, consequentemente, na postura e espaços das respectivas instituições gestoras. Trata-se de identificar a Educação Patrimonial como tema transversal a todo o processo de preservação e valorização do patrimônio cultural. Isso quer dizer que, desde o momento da identificação do patrimônio cultural em um território, processos dialógicos sobre o conhecimento desse patrimônio precisam se fazer presentes. É o que se encontra nesta publicação, que dá visibilidade às narrativas dos moradores da Lagoa de São Vitor, comunidade do território Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Hoje, o IPHAN defende que:

> (...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.[1]

Nesse sentido, cabe recorrer a um importante marco legal do campo: a Portaria 137, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio, com o objetivo de instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.

Na presente publicação é possível identificar imediatamente as diretrizes propostas no Artigo 3º da referida portaria. Em especial: incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à

[1]INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, 2014. p. 19.

valorização e preservação do patrimônio cultural.[2]

Esta publicação apresenta aos leitores o território da Serra da Capivara com um enfoque muito inovador e condizente com os princípios norteadores da Educação Patrimonial. Ao trazer as narrativas dos moradores da comunidade Lagoa de São Vitor no capítulo "Memórias", reafirma a necessidade de evidenciar a "autoridade de fala" e a multivocalidade das visões do patrimônio, mostrando que não há sentido em produções de conhecimento sobre referências culturais que não levem em consideração a significação afetiva e de memória coletiva de quem utiliza o território como espaço de vida e, portanto, como seu estimado jeito de ser e estar no mundo.

Não é fortuita, portanto, a luta dessa comunidade para a oficialização do Território Quilombola da região onde está o sítio Lagoa de São Vitor. A noção de pertencimento e identidade evidenciada na coletânea de suas memórias mostram que a luta pela regularização da terra é uma luta pela vida, pelo "poder ser" próprio.

Ao mesmo tempo, acertadamente, apresenta as narrativas científicas e acadêmicas sobre o mesmo território e contempla as influências decorrentes da criação do Parque Nacional da Serra da Capivara e os contornos que o tema do patrimônio cultural adquiriu nesse contexto. É muito interessante ver, também, como essas diferentes narrativas sobre o patrimônio não são excludentes e, sim, complementares.

O capítulo sobre o Meio Ambiente traz importantes informações sobre o potencial das lagoas para a ocorrência de sítios arqueológicos e paleontológicos, já que correspondem a importantes reservatórios temporários de água que foram essenciais

[2]INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, 29 abr.2016, sec. 1, n.81, p. 06.

para a subsistência dos grupos humanos desde períodos pré-históricos, e que “(...) as lagoas, por apresentarem capacidade de arquivar informações que vão se acumulando ano após ano, também despertam grande interesse para os estudos relacionados ao paleoclima”. Os moradores da comunidade, ao seu modo, também evidenciaram essa importância da lagoa e dos vestígios do lugar.

Seu Henrique José Neri diz que “(...) essa lagoa ali, no local onde é o 'bojo' dela, ela era toda...uma fonte muito profunda, e os animais entravam, nadavam até o outro lado, voltavam...brincavam dentro os animais, como se fossem gente”. Dona Maria José de Jesus Miranda mostra o valor da lagoa dizendo que “(...) era muito linda essa lagoa, quando era cheia d'água...quando era tempo de minação, nós ia, enchia as vasilhinhas no instante, as cacimbinhas, um pouquinho assim, ai cavava, quando ela estava entupida, tirava aquela laminha, elas já vinham aquela minaçãozinhas, tudo as veinhas, chega soberbando de água (...)”.

Seu Andrelino Alves de Miranda, morador antigo da comunidade, diz que “(...) hoje, vendo esses professores dando essas aulas, falando da questão da ciência, e eu imagino bem que a gente já sabia das coisas; eu com os meus 63 anos de idade, fico pensando, a gente já sabia das coisas, que ficava teimando também! 'É pedra', 'não, senhor, é osso!, e ali começava aquela história desse passado...meu pai, meu avô...” . “(...) Ah, os ossos, a gente já comentava que eles só duram mais porque a água conserva eles, aí é que nós debatia. Mas o porquê, dizia que era porque não tem tutano e aí a água vai entrando nesses poros e vai segurando, vai sustentando. E aí vira quase pedra (...)”. “(...) Aí a ciência hoje vem passando por aqui, o Fantástico que andou aqui, e diz: 'Isso aqui são coisas de 10 mil anos antes de Cristo'. Cada um tem uma ideia, o cientista cada um tem a sua, uma ideia diferente. E nós tava

quase acertando também...Matuto, vaqueiro, mas tinha uma noção também...eu fico pensando assim".

No capítulo sobre a História do território reúne-se o conhecimento sobre o território desde a ocupação indígena de diversos povos - especialmente dos Pimenteira, que lá permaneceram por mais tempo -, até a consolidação das fazendas de gado, inclusive a da Fazenda São Victor (onde está hoje o povoado de São Vitor que luta pela oficialização do território Quilombola), e sobre a presença dos jesuítas na região. Traz, também, importantes informações sobre a condição dos trabalhadores negros na Província do Piauí que, após libertos, permaneceram onde sempre estiveram: na labuta de serviços e tarefas nas fazendas, sem mudanças significativas nas suas condições de trabalho e vida.

As percepções históricas do território também estão presentes nas memórias dos moradores da comunidade Lagoa de São Vitor. Seu Andrelino Alves de Miranda relata sobre a escravidão dizendo que "o São Vitor aqui era comandado por um coronel; talvez tivesse em torno de umas 200 famílias aqui, do coronel, eram escravos, né (...) E aqui tinha tudo...tinha espaço para brincar, tinha os lugares aí de correr. Os escravos, não, tratavam eles dum jeito, não era muito bem porque era escravo." Seu Manoel Messias Neri Santiago relata que "(...) os mais velhos, meus pais, meus avós falavam que aqui era uma fazenda de pessoas que criavam muito gado, aí existiu o escravo, que aqui inclusive tem uns vestígio aí (...). Aí tinha umas paredes, agora não, mas aí tinha umas paredes de pedra que disse que foram os escravos que fizeram, pedra do tamanho dessa coisa aí (...)".

A publicação traz, também, um capítulo sobre as passagens e paisagens arqueológicas do povoado de São Vitor. Os primeiros trabalhos realizados por equipes científicas aconteceram em 2007, o que permitiu reunir informações sobre o modo de vida dos habitantes

da região nas diferentes sobreposições de tempos históricos. Assim, a paisagem local relacionada a essas pesquisas arqueológicas forneceu "marcos de ocupação" que definiram os diferentes espaços sociais, desde as ocupações indígenas até os tempos das fazendas de gado; onde além de materiais de pedra e cerâmica, os arqueólogos encontraram cacos e peças de objetos mais recentes, como é o caso de fragmentos de louça do tipo "faiança", do período em que chegaram os fazendeiros na região (séculos XVIII e XIX).

Aqui também é possível trazer as falas dos moradores da comunidade para evidenciar uma leitura própria dos artefatos arqueológicos. Dona Maria José de Jesus Miranda relembra que "os mais véio contavam, mas eu não sei contar, sei que tinha muito lugar aí que tinha benfeitoria dos índios, essa parede mesmo do lado de cá era dos índios, falavam muito que tinha sido dos índios. O senhor Henrique José Neri identifica que "(...) aqui onde era essa... a casa do senhor de escravos, pra mim, tinha umas cinco crianças quando eu era moleque... Aí tinha muito caco de louça, mais linda do mundo, as louça... os caquim..., tudo bordadim que era umas beleza...dentro da casa. A casa toda em pé, as portas (...) E aí nós ia catar aquelas relíquias né? Pra levar pra brincar...(...)".

Portanto, é importante reafirmar que essa publicação dá visibilidade às narrativas da comunidade sobre o significativo patrimônio cultural do território da Serra da Capivara. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Aproxima o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e comunidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania e participação social,

e destacando a necessidade de mobilização social em torno de suas referências culturais.

Para tanto, foi fundamental um olhar atento dos organizadores voltado aos espaços da vida dessas pessoas, buscando identificar essas referências culturais que formam o patrimônio do local como algo coletivo, que interliga as pessoas e faz parte de suas vidas de uma maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê.

Assim, é importante frisar que não há oposição nem conflito entre o saber científico e o saber popular. Antes, eles são complementares para dar visibilidade às múltiplas narrativas possíveis sobre o patrimônio cultural dos territórios. A leitura deste livro certamente contribuirá para o entendimento de que é preciso ressignificar o patrimônio cultural, identificando as comunidades como produtoras de saberes que reconhecem suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social local. Nesse processo, a educação patrimonial tem um lugar de destaque e é recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento das identidades locais.

Sônia Rampim Florêncio
Coordenadora de Educação Patrimonial-CEDUC/IPHAN



Patrimônio

Leandro Elias Canaan Mageste
Nívia Paula Dias de Assis
Adonias Antonio Galvão Neto
Ana Stela de Negreiros Oliveira

Território Serra da Capivara: conexões e sentidos do patrimônio cultural

Patrimônio e Referências Culturais

Historicamente, a noção de patrimônio surgiu relacionada às ideias de propriedade e herança paterna no contexto das estruturas familiares, econômicas e jurídicas da aristocracia romana, na Antiguidade Clássica. Essa noção tradicional de patrimônio, de caráter individual e privativo, se baseia na transmissão entre gerações de um conjunto de bens materiais na longa ou na curta duração (CHOAY, 2006). Na contemporaneidade, entende-se também o patrimônio como uma construção sociocultural – por envolver a relação entre os indivíduos formadores das comunidades e produtores da cultura e o Estado – que ocorre a partir da atribuição de valor patrimonial aos bens culturais.

Essa concepção de patrimônio, marcada pela égide da cultura, consolidou-se com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse órgão passou a promover a defesa da diversidade – humana e ambiental – como um valor universal. Consequentemente, surgiram possibilidades mais amplas para o âmbito patrimonial: para além do nacional, passaram a figurar os patrimônios locais, de comunidades e de grupos sociais diversos (indígenas, mulheres, afrodescendentes, entre outros).

O órgão foi criado frente à constatação de que a industrialização cada vez mais acelerada e os conflitos entre países ameaçavam de modo determinante os bens patrimoniais em uma escala global. Para todos os efeitos, com a atuação da UNESCO a temática patrimonial se ampliou, abarcando monumentos arquitetônicos, sítios arqueológicos

e os objetos dotados de valores histórico, cultural ou artístico. De acordo com Primo (2007), tais elementos compuseram categorias operativas fundamentais. Primeiramente, a dos bens móveis ou imóveis, composto por signos tangíveis referentes à cultura dos povos. Depois, incorporou-se a ideia de patrimônio imaterial, utilizado para se referir ao conjunto de tradições e práticas culturais dos grupos sociais, considerando a dinamicidade que é inerente ao conceito de cultura (GONÇALVES, 2009).

No contexto de atuação aqui considerado, tornou-se imprescindível que as provocações acerca da noção de patrimônio cultural fossem contínuas e balizadas por aspectos específicos da realidade local. Nesse ponto, foi possível debruçar-se sobre os trabalhos empíricos realizados tanto em prol do Parque Nacional Serra da Capivara, quanto das comunidades de seu entorno. Seguindo os aportes oferecidos por Canclini (1994), o patrimônio cultural pode ser entendido como um acervo de bens mutáveis e com forte sentido político, expressando processos sociais que se acumulam, se renovam e se transformam. Sob essa perspectiva, espera-se que as narrativas produzidas por meio dos vetores patrimoniais sejam conduzidas pelos grupos aos quais elas se referem, apresentando-se conectadas às demandas do tempo presente.

Contextualmente, vale salientar que em relação à definição do patrimônio cultural brasileiro, a Constituição de 1988 (art. 216) apresenta uma visão ampliada ao acolher a dimensão imaterial ou intangível do patrimônio cultural. Com isso, oficializou-se o reconhecimento de bens procedentes do saber popular e se fortaleceu uma noção de patrimônio assentada na diversidade cultural, étnica e religiosa da cultura brasileira, pela qual o patrimônio é constituído pelas *referências culturais* das comunidades.

O **Patrimônio Cultura**l forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são as referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. (IPHAN, 2016, p.7).

"Referências Culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. (...) Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura". (IPHAN, 2000, p.8).

O recorte espacial das referências culturais consideradas nesta publicação é constituído pelo Território de Desenvolvimento Serra da Capivara.

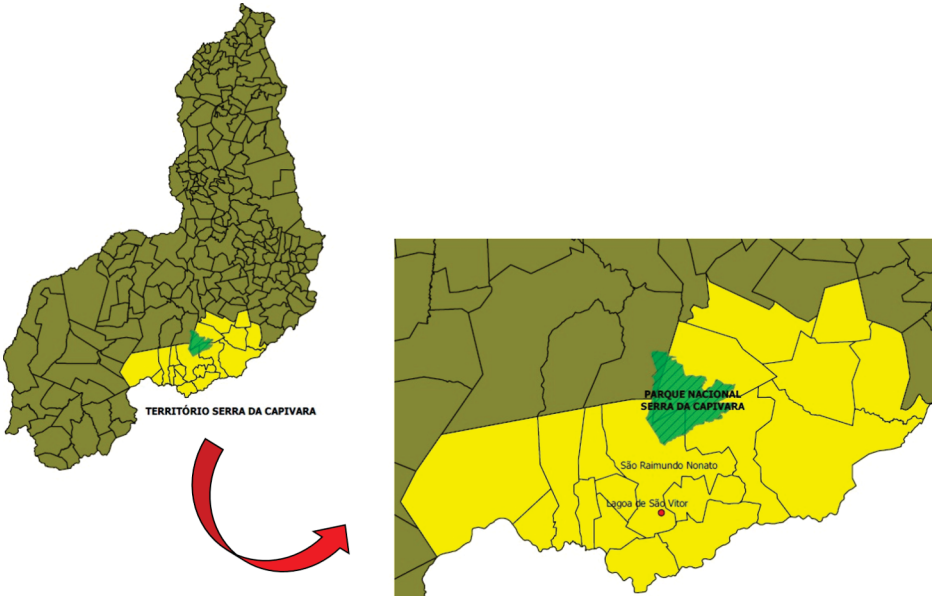


Figura 1: Mapa do Piauí com destaque para o Território de Desenvolvimento Serra da Capivara e as localizações do Parque Nacional Serra da Capivara e do Povoado Lagoa de São Vitor (Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor, 2016).

Esse território é composto pelos seguintes municípios: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. Para todos os efeitos, a gênese desse território encontra-se profundamente relacionada às influências advindas da criação do Parque Nacional Serra da Capivara e aos contornos que a temática patrimonial adquiriu nesse contexto.

Institucionalização do Patrimônio Ambiental e Cultural: Parque Nacional Serra da Capivara

No ano de 1979, motivações ligadas à preservação de um meio ambiente específico e à constatação de um acentuado potencial arqueológico e turístico no Sudeste do Piauí levaram à criação do Parque Nacional Serra da Capivara. Essa Unidade de Conservação da Caatinga – bioma exclusivamente brasileiro - ocupa uma área de 129.140 hectares dos municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato; com 214 km de perímetro.

O conjunto de elementos naturais (vegetação, fauna, vestígios paleontológicos, paisagem) e culturais (vestígios arqueológicos) que compõem o Parque Nacional Serra da Capivara apresenta uma grande contribuição para o entendimento da história da humanidade, principalmente sobre o povoamento das Américas.

Em 1991, o Parque Nacional teve sua importância internacionalmente reconhecida ao ser incluído na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, pelo motivo de que os diferentes vestígios encontrados (utensílios, fogueiras, sepulturas, cerâmicas,

gravuras e pinturas rupestres) constituem um testemunho único, excepcional, de tradições culturais já extintas. Em 1993, o Parque foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Nacional, com registro no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A gestão do Parque Nacional, enquanto Unidade de Conservação, é compartilhada entre o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM); e a conservação e preservação dos sítios arqueológicos, enquanto Patrimônio Nacional e da Humanidade, está sob responsabilidade do IPHAN.





Figuras 2 e 3: Estrutura do sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Parque Nacional Serra da Capivara (Acervo IPHAN/PI, 2016).

A grande concentração de sítios confere à área o status de uma das maiores reservas arqueológicas do planeta. Nesse contexto, as pesquisas iniciadas na década de 1970, lideradas pela arqueóloga Niède Guidon, estabeleceram um marco na história da arqueologia brasileira, sendo que mais de 1.300 sítios foram cadastrados e são continuamente estudados pela FUMDHAM e demais instituições.

Escritório Técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato/PI: o Instituto do Patrimônio em uma esfera local

A criação da Superintendência do IPHAN no Piauí, no ano de 2004, possibilitou o estabelecimento do Escritório Técnico da

instituição em São Raimundo Nonato, que ocorreu em 2005. Desde então, o Escritório vem desempenhando a tarefa de trabalhar na constante preservação do patrimônio cultural dessa região e de promover a salvaguarda do Parque Nacional Serra da Capivara. Por isso, foi implantado um Programa de Educação Patrimonial baseado em ações conjuntas voltadas para a promoção da cultura, a partir do desenvolvimento de projetos educativos que incentivam a apropriação dos bens culturais que fazem parte da memória e da história das comunidades que cederam áreas ao território que compõe o Parque Nacional Serra da Capivara.

O programa de educação patrimonial vem desenvolvendo visitas guiadas e gratuitas ao Parque Nacional Serra da Capivara e ao Museu do Homem Americano, e realizando parcerias com as redes pública (municipal e estadual) e privada de ensino. São elaborados e distribuídos materiais lúdico-educativos nas escolas e ministradas palestras e oficinas. Para a realização desse trabalho, conta-se com a contribuição de arqueólogos e técnicos da FUMDHAM e ICMBio, de alunos e professores da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), dentre outras instituições da esfera local.

Nessa perspectiva, no ano de 2014 foi firmado um Termo de Parceria entre IPHAN e FUMDHAM que tem por objetivo promover a conservação, proteção e socialização dos sítios arqueológicos, assim como viabilizar a manutenção da infraestrutura existente no Parque Nacional Serra da Capivara, para que se amplie o seu acesso. No mesmo ano foi implantado o projeto Casa do Patrimônio da Serra da Capivara, que deverá funcionar como espaço aberto ao diálogo sobre a preservação dos bens culturais do território.



Figura 4: Cartilhas e jogos elaborados pelo Escritório Técnico do IPHAN em parceria com FUMDHAM, UNIVASF e UESPI (Acervo IPHAN/PI, 2016).



Ffigura 5: Crianças da Unidade Escolar Arlindo Ruben de Macêdo, da localidade Onça, em São Raimundo Nonato, em atividade lúdica com o "jogo patrimonial da memória", elaborado e distribuído pelo Escritório Técnico do IPHAN (Acervo IPHAN/PI, 2016).

O patrimônio em extensão para além do Parque Nacional: localidade Lagoa de São Vitor (São Raimundo Nonato – PI) / PROEX - UNIVASF

No intuito de promover ações voltadas para a preservação do Patrimônio Cultural (material e imaterial) e Ambiental de forma participativa na localidade Lagoa de São Vítor, situada a aproximadamente 40 km da sede do município, e objetivando a sua apropriação para fins de desenvolvimento sustentável, as ações desenvolvidas de forma colaborativa pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PROEX-UNIVASF)

resultam das relações de parceria e afetividade estabelecidas entre comunidade, docentes e discentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. Dentre as propostas de trabalho inerentes a essa instituição de ensino superior, destaca-se, em nível local, a missão de dar continuidade e, ao mesmo tempo, ressignificar as pesquisas iniciadas pela FUMDHAM.

Por outro lado, além de atuar em parceria com o IPHAN, especialmente no que diz respeito aos trabalhos de Educação Patrimonial, estágios discentes voluntários e nos trabalhos arqueológicos de campo e de laboratório, a UNIVASF também vem promovendo a aproximação entre o conhecimento produzido nos moldes científicos e aquele promovido pela memória e sabedoria popular. Trata-se da ênfase dada à noção de complementariedade de saberes, construída a partir de ações de respeito mútuo.

O intuito tem sido o de estabelecer estratégias metodológicas que buscam mesclar, em linguagem acessível, a divulgação de determinados conteúdos científicos produzidos sobre a região em que o *campus* universitário está inserido; as informações populares que estimulam a autonomia cultural local; e ainda o fornecimento de alternativas geradoras de renda, tais como a atividade turística no âmbito de base comunitária.

Para tanto, apresentam-se os projetos de extensão desenvolvidos na Comunidade Lagoa de São Vitor desde o ano de 2013, pelos quais foram observadas diferentes interpretações referentes a um mesmo espaço - o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor. Nesses trabalhos, prioriza-se a diversidade de informações produzidas sobre a sua apropriação ao longo dos “séculos” e “milênios”, levando-se em conta o atual movimento de ressignificação territorial da região em que está inserido o sítio Lagoa de São Vítor através do processo de oficialização como Território Quilombola.



Figura 6: Moradores da localidade Lagoa de São Vitor “guiando” grupo de estudantes e demais turistas até o sítio/lagoa e à “Pedra de São Vitor”, em evento realizado pela UNIVASF em 2014 (Acervo PROEX/UNIVASF).

Para a concretização desse objetivo, vale salientar que desde o início dos trabalhos ocorreu o levantamento sistemático das publicações científicas sobre o sítio, bem como de documentos históricos que tratam da antiga Fazenda São Victor. Ao mesmo tempo, foram conduzidas oficinas de registro de história oral; realizadas entrevistas; efetuadas a curadoria, organização e classificação comunitária de materiais paleontológicos e arqueológicos, acondicionados no esquema de guarda compartilhada; elaborados inventários participativos; dentre outras atividades.

Em síntese, tal cenário fomentou o desenvolvimento do projeto de extensão *Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular*, vigente entre os anos de 2013 e 2014 (ASSIS, 2013). As ações executadas culminaram no evento final intitulado *Ciência e Sabedoria Popular na Lagoa de São Vitor,* que foi marcado pela condução de diversas práticas experimentais.

Do mesmo modo, foi formatado o projeto de extensão aprovado no edital PIBEX-UNIVASF 2015 intitulado *Museu Integral da Comunidade de São Vitor: diálogos entre Memória Social, Multivocalidade e Experimentação Museológica*. O objetivo tem sido o de refletir sobre práticas construídas no âmbito da Museologia Social, criando ferramentas e estratégias para uma concepção de gestão do patrimônio cultural de caráter comunitário, articulado com as manifestações materiais e imateriais da localidade Lagoa de São Vítor.

A atuação contempla ainda a formatação de um Centro Museológico de Experimentação Comunitária (CEMEC), com atuação voltada para a integração de atividades de pesquisa e extensão; educação e sociedade; e, por fim, patrimônio cultural e desenvolvimento.

Considerações finais

Para todos os efeitos, as ideias de múltiplas vozes e participação social em torno do patrimônio cultural emerge como uma chave capaz de desvelar as contradições, acordos e tensões que os bens patrimoniais expressam - tanto em sua ótica monumental, representado pelo Parque Nacional Serra da Capivara, quanto em seus vieses locais e comunitários, identificados aqui nas ações desenvolvidas junto à comunidade de São Vitor.

Para balizar esse cenário com outras referências sobre a potencialidade científica encontrada no sítio lagoa de São Vitor, é possível mencionar o livro *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte de Goiás*, publicado pela Fundação Oswaldo Cruz em 1916, que compila as viagens dos médicos Belizário Pena e Artur Neiva, ao passarem na região de São Raimundo Nonato em 1912:

> (...) no município de São Raimundo Nonato tivemos oportunidade de encontrar fragmentos ósseos de grandes mamíferos retirados da lagoa de uma das fazendas, pertencentes aos irmãos ANTUNES DE MACEDO. Estes proprietários informaram-nos ainda, que da fazenda S. Victor, distante 30 quilómetros da vila de S. Raymundo, entre 1880-1881 foram retiradas grandes quantidades de material fossilizado, o qual foi conduzido pelo Sr. CHRISTOVAM BARRETO para o Rio de Janeiro (PENA; NEIVA, 1916, p.109).

Nesse sentido, há destaque para uma reflexão em torno da possibilidade de organizar-se todo o conhecimento científico publicado sobre o sítio Lagoa de São Vitor, bem como para a realização do registro das diversas significações historicamente atribuídas ao mesmo. À comunidade que atua como guardiã direta desse patrimônio, por sua vez, cabe o direito de ter acesso à síntese de tais informações e às indicações de possíveis caminhos viáveis para uma auto-organização da atividade turística.

A excepcionalidade do sítio pode ser observada na medida em que o mesmo agrega grande parte dos valores ressaltados nos itens da Constituição Federal (art. 216) que definem o Patrimônio Cultural Brasileiro, sobretudo no item V:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

> V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Tais indicações fundamentam a realização de atividades turísticas de forma ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Trata-se de um complemento ao progresso econômico e um incentivo ao diálogo e aos encontros interculturais.

Por outro lado, a vida em comunidade possibilita que todos os grupos sociais desenvolvam uma memória de seu próprio passado coletivo, construída a partir do compartilhamento de recordações individuais. Esse aspecto da memória – a memória coletiva – está diretamente ligada à formação de um sentimento de identidade, que permite identificar o grupo social e distinguí-lo dos demais (HALBWACHS, 1992 apud PERALTA, 2007, p.7).

Logo, é do campo da memória coletiva a constatação de que a existência de fósseis e artefatos arqueológicos no povoado São Vitor não consiste em descobertas recentes para os seus habitantes. Anteriormente ao reconhecimento científico (paleontológico e arqueológico) do sítio Lagoa de São Vitor, os "ossos velhos de bichos desconhecidos" – como eram e são popularmente conhecidos os fósseis – já faziam parte da vida das pessoas da comunidade: os fósseis estão vivos na memória de São Vitor há várias gerações.

Sendo assim, na medida em que as vivências e as práticas culturais desenvolvidas historicamente no meio ambiente da Lagoa têm importância não apenas para um indivíduo ou uma família, mas se revelam significativas para grupos que constituem a "Grande São Vitor", considera-se essa referência cultural como importante componente do patrimônio cultural do Território Serra da Capivara.

Referências

ASSIS, N. P. D. **Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular**. Edital PIBEX, Petrolina, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, Rio de Janeiro, p.94-115, 1994,.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 25-33.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento de Identificação e Documentação. **Manual de Aplicação** – Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília, 2000.

_____. Departamento de Articulação e Fomento. Coordenação de Educação Patrimonial. **Educação Patrimonial:** Inventários Participativos. Brasília, 2016.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da Memória Social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória**, Lisboa, n.2 (Nova Série), p. 4-23, 2007.

PRIMO, J. **A Museologia e as Políticas Culturais Europeias:** o caso português. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2007.

PENA, B.; NEIVA, A. Viagem científica ao Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e do norte a sul de Goiás. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 1916.

Meio Ambiente

Autores:
Andréia Oliveira Macedo
Bruno Vitor de Farias Vieira
Iderlan de Souza

Serra da Capivara e Lagoa de São Vitor: Um olhar para os ambientes do passado e do presente

> Ambiente é o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos no interior da biosfera, incluindo clima, solo, recursos hídricos e outros organismos (GLOSSÁRIO DE ECOLOGIA, 1987, p. 7).

A região Sudeste do Piauí encontra-se numa fronteira de diferentes domínios geológicos, dos quais dois desses são caracterizados exaustivamente pelas pesquisas realizadas na região do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno: a Província Estrutural da Borborema, representada pela Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal, e o terreno sedimentar que é representado pela Bacia do Parnaíba (Figura 1).



Figura 1: Vista geral dos domínios geológicos da área correspon-dente ao Parque Nacional Serra da Capivara e entorno (Acervo FUMDHAM).

Parque Nacional Serra da Capivara

O relevo do território do Parque Nacional Serra da Capivara é composto por extensos chapadões limitados por escarpas, interpretados como *cuestas*, além de conter uma grande quantidade de *canyons*, também denominados de boqueirões.



Figura 2:Vista dos *canyons* nos Canoas, em São Raimundo Nonato (Acervo FUMDHAM, 2012).

São identificados três principais conjuntos geomorfológicos nessa área: o primeiro é composto pelos *planaltos* formados por chapadas, que apresentam os platôs cortados por vales - a oeste os planaltos areníticos atingem entre 630 e 600m, e a sudeste variam entre 520 e 500m -; o segundo conjunto contempla a zona da *cuesta* arenítica, mais conhecida como serra; e por último, o *pedimento* com aproximadamente 60 a 80 km de largura, contendo *inselbergs* e relevos residuais (FELICE; GUIDON; MENDES, 2014).

[1]A denominação para esse tipo de formação geologica é grafada de duas formas pelos pesquisadores da área: ‘‘*inselbergs*’’ e ‘‘inselbergues’’. Por isso, a utilização dos dois termos será mantida nesta publicação.



Figura 3: Unidades geomorfológicas do Parque Nacional Serra da Capivara, Planalto (A), Cuesta (B) e Pedimento (C). (SANTOS, 2007).

A diversidade de relevo, composição de clima semiárido e rede hidrográfica intermitente, proporcionaram diversos tipos de ambientes com microclimas (microambientes) que foram ocupados pelos grupos humanos pré-históricos, os quais deixaram suas marcas nos abrigos areníticos, cavernas e lagoas.

As pesquisas desenvolvidas há mais de 40 anos no Sudeste do Estado do Piauí relacionadas aos contextos ambientais e culturais forneceram informações sobre a inter-relação homem e meio, através de análises da cultura material, de rituais funerários e ossos fossilizados da paleofauna descobertos nos diversos ambientes, tais como cavernas e paleolagoas.

Localidade Lagoa de São Vitor

Ambientes lacustres são formados por lagos, lagunas ou lagoas. Durante os processos de decantação ocorrido nesses locais, as partículas sedimentares se depositam, de acordo com o princípio de superposição, formando camadas sequenciais, onde as mais antigas encontram-se abaixo das mais recentes. Isso acontece porque esse movimento normalmente se dá sob baixa energia hidrodinâmica. Cada testemunho recuperado nesse tipo de ambiente, portanto, funcionará como um arquivo da história da sequência deposicional, durante a formação dos depósitos lacustres (GALVÃO, 2012).

No semiárdio do Brasil, as lagoas podem ser caracterizadas como locais que são influenciados fortemente pelos períodos de cheias e secas (MALTCHIK, 1999 apud SOUZA; ABÍLIO, 2006). No ano 2000 foi publicado o resultado do inventário das lagoas intermitentes existentes na região, no qual o Piauí ocupou a quarta posição, com 1521 lagoas inventariadas. São Raimundo Nonato se destacou como o município que apresenta a maior quantidade: 220 lagoas. A área inventariada no Estado foi de 186.000 km² (VIEIRA, 2015).

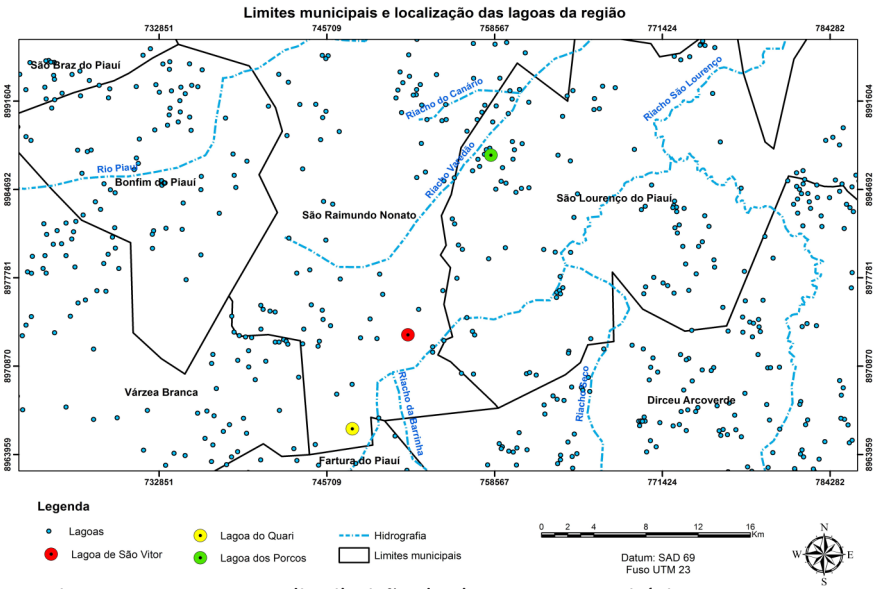


Figura 4: Mapa com a distribuição das lagoas por municípios (Acervo FUMDHAM).

No Nordeste do Brasil, as lagoas têm demonstrado grande potencial para a ocorrência de sítios paleontológicos e arqueológicos, já que correspondem a importantes reservatórios temporários de água, que foram essenciais para a subsistência dos grupos humanos desde períodos pré-históricos. Por apresentarem capacidade de arquivar informações que vão se acumulando ano após ano, as lagoas também despertam grande interesse para os estudos relacionados ao paleoclima.

Nesse sentido, observa-se que o termo *paleolagoa* se refere a lagoas que sofreram, ao longo do tempo, processos de erosão; e que, atualmente, acumulam uma fina lamina d´água sobre os sedimentos depositados no período de chuvas, caracterizando uma lagoa efêmera. Essas, além de proporcionarem informações paleoambientais, em muitos casos também apresentam registros de ocupação humana, permitindo um estudo da interação homem e ambiente (MACEDO, 2016).

A região onde fica localizado o sítio Lagoa de São Vitor, na qual também estão situadas inúmeras outras lagoas, não é apresentada geologicamente de forma consensual pelos pesquisadores. Para alguns, essa área está situada na Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal (Província Borborema), enquanto outros afirmam ser pertencente ao Complexo Remanso-Sobradinho (Província São Francisco).

Rioda et al. (2011), ao caracterizar geologicamente a região onde se localiza o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa do Quari, verificou que o embasamento geológico do entorno desse sítio é constituído de gnaisse e migmatitos de metamorfismo regional pertencente ao Corpo Remanso-Sobradinho (RIODA et al, 2011, p. 107). Trata-se de uma área situada nas proximidades do sítio Lagoa de São Vitor, cuja análise cartográfica dos terrenos geológicos também corrobora com a localização do sítio Lagoa de São Vitor na Província São Francisco e no Complexo Remanso-Sobradinho (VIEIRA, 2015).

Geomorfologicamente, a área da Lagoa de São Vitor é caracterizada por pediplanos, comuns em regiões de clima árido ou semiárido. O pediplano se caracteriza por apresentar capeamentos pedimentares, litossolos e/ou extensos afloramentos; e amplia-se até sobrarem somente raros testemunhos denominados de *inselbergs*, que consistem em zonas mais elevadas na superfície de aplainamento

(WINGE, 2001). Segundo Souza, Oliveira & Cerqueira (s/d, p. 6-7), as regiões aplainadas:

> [...] São resultantes de domínios morfoclimáticos semiáridos onde a vegetação é rarefeita, os solos rasos e pedregosos, chuvas má distribuídas, bacias hidrográficas com rios intermitentes; tais características fisiográficas tornam o ambiente favorável para o esbasamento do estudo a partir da teoria da pediplanação de Lester King e Walter Penk, propostas nas décadas de 50 e 60.

Os inselbergues "são ilhas de rochas, cuja evolução se faz em função de uma erosão específica de clima seco, a esfoliação esferoidal", conhecida também como erosão de "casca de cebola" (SOUZA; OLIVEIRA; CERQUEIRA, s/d, p. 03). Tais feições localizam-se, em muitos casos, de dezenas a centenas de metros acima do piso da superfície regional, são originadas de rochas graníticas ou quartzíticas (BARROS *et. al.,* 2011). (Figuras 5 e 6).

As vertentes desse tipo de formação desgastam-se rapidamente por consequência dos processos de intemperismo físico-químico (com predominância do primeiro), mesmo porque sendo as formas residuais derivadas de erosão diferencial, as suas estruturas são constituídas por materiais mais resistentes ao intemperismo que aquele que o circunda (RIBEIRO; MARÇAL & CORREIA, 2010).

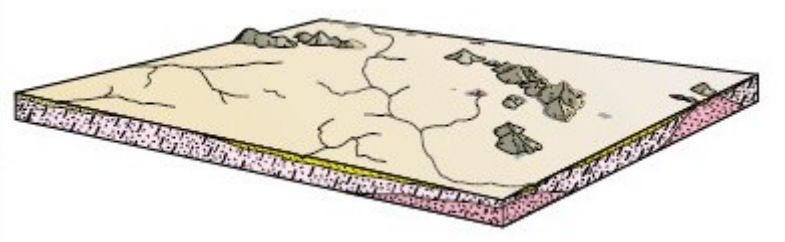


Figura 5: Representação imagética de uma área de inselbergues (Fonte: IBGE, 2009, p. 70).

Na localidade de São Vitor, a famosa Pedra de São Vitor é um inselbergue típico das regiões semiáridas, decorrentes de erosões específicas e esfoliação esferoidal ou erosão casca de cebola (VIEIRA, 2015).



Figura 6: Inselbergue no formato de um domo presente no sítio Lagoa de São Vitor, conhecido como “Pedra de São Vitor” (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor).

É pertinente ressaltar que, semelhante aos inselbergues, há o que se chama de “Pão-de-Açúcar”. A diferença entre eles reside no fato de que os inselbergues são típicos de regiões semiáridas, enquanto os Pães-de Açúcar são encontrados em regiões úmidas, com cobertura vegetal, podendo ocorrer em meio a “mar de morros” (SOUZA, OLIVEIRA; CERQUEIRA, s/d, p.10; IBGE, 2009, p. 33). Ab'Sáber (1999, p. 7) complementa:

> De certa forma os inselbergs são parentes dos pães-de-açúcar: nos períodos de incidência de climas secos em áreas hoje muito úmidas, sendo que os atuais pães-de-açúcar foram inselbergs. Por oposição, em velhas fases úmidas que precederam às aplainações dos fins do Terciário, alguns dos atuais inselbergs que pontilham os sertões secos podem ter sido pães-de-açúcar.

Além do pedimento, as *bajadas* também são elementos constituintes do processo de pediplanação. São relevos mais baixos (pequenas depressões) encontrados nas áreas circunvizinhas aos inselbergues e podem apresentar uma função dual: acumular água e formar lagoas nos períodos de chuva ou acumular os sedimentos (aluviões) que, no caso de sua obstrução, contribuem para o processo de aplainamento do terreno, ou seja, do mascaramento da irregularidade topográfica (SOUZA; OLIVEIRA; CERQUEIRA, s/d, p. 8).

As *bajadas*, desse modo, podem ser as responsáveis por formarem, nos últimos milênios, as inúmeras lagoas que existem nessa região aplainada (Figuras 7 e 8). Ressalta-se que tais lagoas, por sua condição de intermitentes, "surgem" apenas no período de chuvas, possibilitando, desse modo, a subsistência da população local atual, atenuando os rigorosos períodos de seca. Também, devido a sua umidade, preservam remanescentes paleontológicos de animais da megafauna quaternária, principalmente (VIEIRA, 2015).



Figuras 7 e 8: A Lagoa de São Vitor, exemplo de uma *bajada* formada pelo processo de pediplanação. 1: no período de estiagem (2013); 2: no período chuvoso (2014). (Acervo: PROEX - UNIVASF/São Vitor).

Guérin (1996, p.61), ao caracterizar essas lagoas na região pesquisada, explica:

> São depressões situadas na planície pré-cambriana, na base de um inselberg de granito. Estas depressões enchem-se d'água e depois secam, anualmente, conservando apesar de tudo um lençol freático. As depressões deste tipo são exploradas pelos habitantes da região para cavar poços, chamados localmente de cacimbas.

Esses elementos que constituem a geomorfologia local (*pediplanos, pediplanícies, inselbergues*, *bajadas*), auxiliam na compreensão de como esse ambiente poderia ter sido ocupado no passado, quais as suas potencialidades de atração para os grupos humanos e como seus recursos poderiam ter sido aproveitados, possibilitando uma interpretação que dialogue com a dinâmica entre o homem e a paisagem (VIEIRA, 2015).

Mendes (2016), ao realizar pesquisas sobre mudanças climáticas no sudeste do Piauí, investigou diversos ambientes lacustres e concluiu que algumas características, como a forma e a distribuição das lagoas da região, sugerem uma antiga conexão entre elas, e que estas mesmas lagoas apresentam um alinhamento que pode ser correlacionado com os leitos de grandes rios que existiram no passado durante um período bem mais úmido. Segundo pesquisas dessa natureza, mudanças climáticas ocorridas em escala global, por volta de 10 a 12 mil anos atrás (durante a transição Pleistoceno/Holoceno), tornaram rios perenes em rios intermitentes.

Atualmente o clima da região Sudeste do Piauí é semiárido e quente, com irregularidade no período chuvoso - que inicia em outubro e se estende até metade de abril ou maio, podendo começar e terminar mais cedo ou mais tarde. Em São Raimundo Nonato e região de entorno, a média das precipitações é de 600 milímetros, com desvio pa-

drão de 200 mm. Os rios importantes da região são intermitentes devido ao regime climático, com enchentes no período chuvoso e escassez no período de seca. O Rio Piauí, atualmente poluído e assoreado, forma a rede hidrográfica principal da região (MAIOR, 2016).

Com as datações realizadas em sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, os pesquisadores apontam que as chuvas começaram a diminuir na região entre 12 e 10 mil anos atrás, entrando assim no atual regime semiárido, marcado pelos longos meses de seca. Um aspecto relevante nas diferenças locais de temperatura e precipitação é o relevo, onde as chapadas e planícies influenciam num clima mais seco e quente, com presença de caatinga arbustiva e arbórea, enquanto que na parte interna dos boqueirões e das paredes das serras forma-se uma espécie de microclima mais fresco e úmido (GUIDON, 1998).

Trata-se de uma região situada no domínio morfoclimático das caatingas, tipo de vegetação adaptada à seca, que resiste a vários meses, até anos de estiagem. Porém, existem diferenças entre os tipos de ambientes: ao redor dos caldeirões e olhos d´água ocorrem as samambaias, gramas e avencas; nos lajedos concentram-se as cactáceas e bromeliáceas; já nos boqueirões destacam-se as florestas semidecíduas, e nas chapadas a caatinga arbórea e arbustiva é exuberante (GUIDON, 1998). Registra-se a predominância da maniçoba, do marmeleiro (euforbiáceas), das juremas e dos jatobás (leguminosas), paus-d´arco (bignoniáceas) entre outras, sendo que as espécies variam de acordo com o tipo de solo (MAIOR, 2016).

Os grupos humanos pré-históricos ocuparam uma diversidade de ambientes, constituindo, portanto, inúmeros e diferentes tipos de sítios, dentre os quais aparecem as lagoas. Atualmente temporárias e em acelerado processo de erosão, constituem muitas vezes sítios

arqueológicos e paleontológicos, onde é possível encontrar instrumentos líticos e ossos de megafauna fossilizados (FELICE, 2006).

Em se tratando do universo paleontológico, foram evidenciados mais de cinco mil exemplares inteiros e fragmentados da megafauna quaternária, através de escavações arqueológicas. Dezenas de exemplares dessa natureza são também encontradas sob a guarda de moradores da região que se depararam com o material ao cavarem cacimbas para obtenção d'água (VIEIRA, 2015). (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Garra fóssil do *Eremotherium* e paleoarte correspondente (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor adaptado por VIEIRA, 2015).

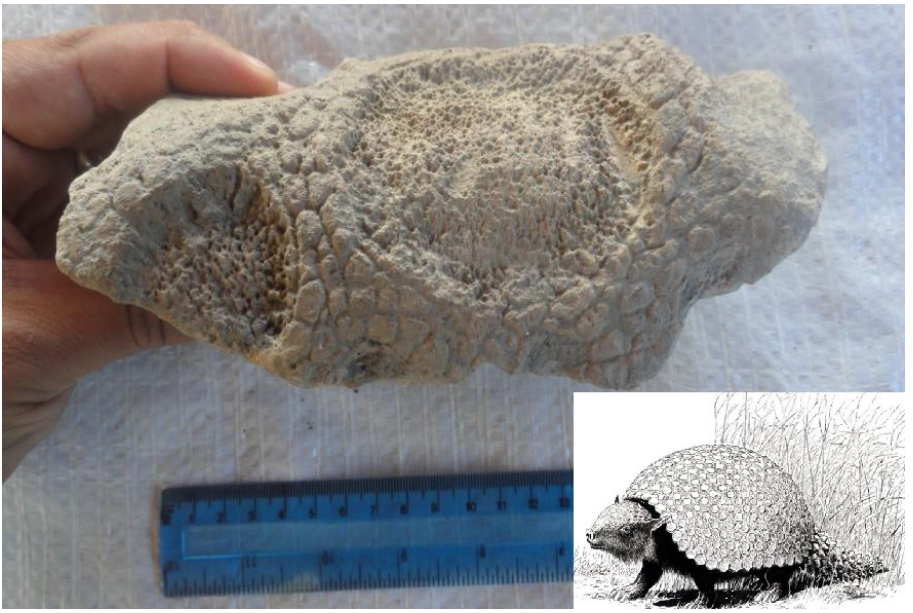


Figura 10: Fragmento da cauda do *Panochthus* e paleoarte correspondente (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor adaptado por VIEIRA, 2015).

Referências

AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n.36, 1999.

ACIESP. **Glossário de Ecologia**. São Paulo: Publicação ACIESP. Nº 57, 1987.

FELICE, G. D. **Contribuições para estudos geoarqueológicos e paleoambientais:** proposta metodológica (estudo de caso: Maciço Calcário do Garrincho, Piauí, Brasil). 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

FELICE, G. D.; GUIDON, N.; MENDES, V. R. A Evolução da Paisagem no Pleistoceno Superior/Holoceno, na Região do Parque Nacional Serra da Capivara. In: **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-História da Região do Parque Nacional da Serra da Capivara, Brasil**: V. II-A, São Paulo, p. 68-87, 2014.

GALVÃO, D. C. **Reconstrução paleoambiental a partir dos colúvios do entorno da Lagoa do Puiu, Município de Imibirim – Pernambuco**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

GUIDON, N. **Parque Nacional Serra da Capivara**. 1. ed. Teresina: Alínea Produções, 1998.

JATOBÁ, L.; LINS, R. C. **Introdução à geomorfologia**. Bagaço, 2008.

MACEDO, A. O. **Estudo geoarqueológico dos níveis arenoso e de cascalheira cimentada por concreção carbonática do sítio Lagoa Uri de Cima, Salgueiro-PE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MAIOR, P. M. S. **Patrimônio Arqueológico, Ambiente e Inclusão Social no Plano Diretor de São Raimundo Nonato-PI**. 1. Ed. v. 1. São Paulo: Ipsis, 2016.

MENDES, V. R. **Registro sedimentar quaternário na bacia do rio Parnaíba, Piauí: um estudo multi-indicadores voltado à investigação de mudanças climáticas**. 2016. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIODA, V. et. al. Jazidas de rochas silicosas na área do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil): primeiros dados geoarqueológicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, n. 21, p. 103-113, 2011.

SANTOS, J. C. **O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara e Entorno, Piauí, Brasil: Morfoestratigrafia, Sedimentologia, Geocronologia e Paleoambientes**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUSA, G. C.; OLIVEIRA, K. C. S.; CERQUEIRA, M. O. **Inselbergs e sua gênese no semi-árido baiano**. S.D. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/4j.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

SOUZA, A. H. F. F.; ABÍLIO, F. J. P. **Zoobentos de duas lagoas intermitentes da caatinga paraibana e as influências do ciclo hidrológico**. Revista de Bilogia e Ciências da Terra, Nº 1, 2006.

SUGUIO, K. **Introdução a Sedimentologia**. Ed. Edgar Blücher-EDUSP, 1973.

VIEIRA, B. V. F. **O sítio "lagoa de São Vitor" sob a ótica da arqueologia da paisagem: Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí).** 2015. Monografia (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

WINGE, M. et al. **Glossário Geológico Ilustrado**, 2001. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/. Acesso em 13 de dezembro de 2016.



Paleontologia

Autor:
Elver Luiz Mayer

A Paleontologia é a ciência que estuda os seres vivos do passado. Esse estudo é realizado, principalmente, através da análise de restos de corpos desses seres que foram preservados em rochas e sedimentos dispersos pelo planeta e são chamados de fósseis. Segundo as incontáveis pesquisas paleontológicas realizadas até hoje, diversas partes do corpo de diferentes organismos, e em alguns casos até organismos completos, estão representados na forma de fósseis e são testemunhas da história da vida na Terra. Esse valioso patrimônio da biodiversidade do passado é chamado de registro fóssil, e inclui organismos que viveram de milhares a até centenas de milhões de anos atrás.

Na região da Serra da Capivara verificam-se ocorrências fósseis de dois momentos muito distintos da história do planeta. O primeiro nos remete à Era Paleozóica em um período geológico chamado Devoniano, que durou desde aproximadamente 420 até 360 milhões de anos (Fig. 1). Durante o Devoniano, os continentes eram diferentes de como os conhecemos atualmente. A maior parte da superfície do planeta era coberta por mares, mas ambientes fluviais e lacustres também estavam presentes. Neste mesmo período os vertebrados conquistaram o ambiente terrestre, o que foi um passo decisivo na evolução desse grupo. Nos mares os peixes apresentaram grande diversificação, assim como as plantas vasculares que formaram sobre os continentes as primeiras florestas.

Além dos peixes e plantas, o meio ambiente era composto por muitos invertebrados marinhos e uma grande variedade de microrganismos (CARVALHO; CRUZ, 2008). As ocorrências de fósseis

devonianos nas proximidades da Serra da Capivara foram encontradas no município de João Costa, em rochas que os especialistas chamam de "Formação Pimenteiras" (LEME et al., 2013). Nessas rochas estão preservados fósseis de trilobitas, que são artrópodes que viveram em mares rasos durante o Paleozóico e se extinguiram no fim dessa Era (Fig. 2/1-A).

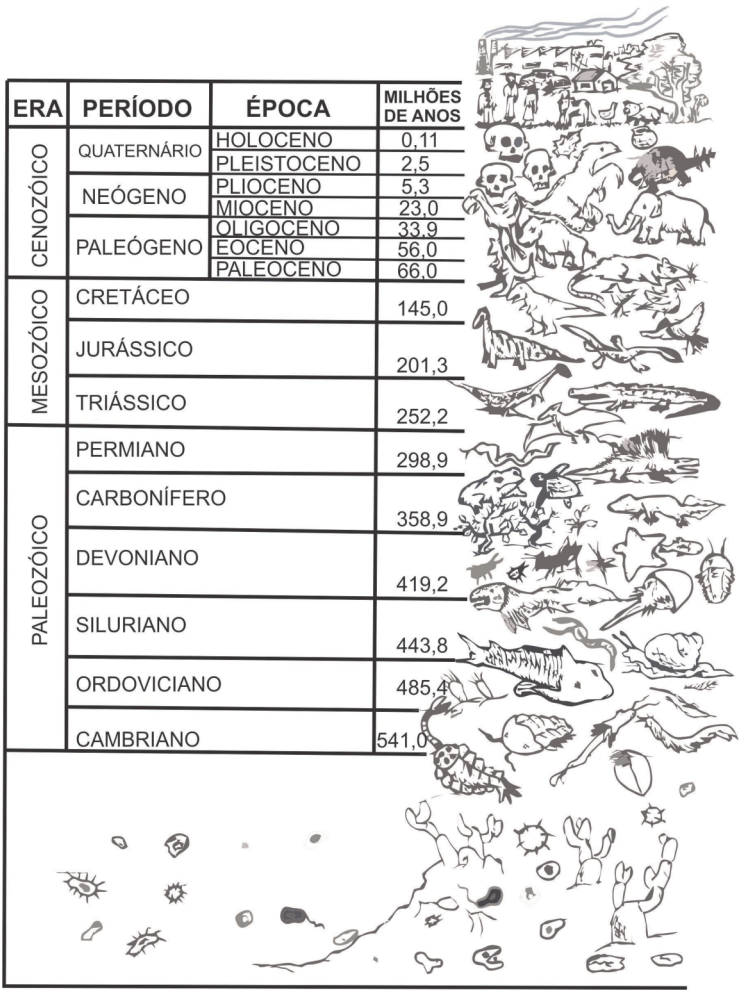


Figura 1: Tabela do tempo geológico com ilustrações de algumas das principais formas de vida de cada período ao longo do registro fóssil. (Ilustração: Elver Mayer, 2016).



Figura 2: Representações artísticas dos animais preservados na forma de fósseis na região da Serra da Capivara em seus respectivos ambientes. A - Período Devoniano; 1 está posicionado entre dois trilobitas. B - Período Quaternário, grandes mamíferos representados na Lagoa do São Vitor; 1 - preguiças gigantes; 2 - tatus gigantes; 3 - toxodontes; 4 - mastodontes. (Ilustração: Elver Mayer. 2016).

O outro momento da história paleontológica da Terra, que foi preservado na região da Serra da Capivara, é bem mais recente do que os trilobitas devonianos e também melhor conhecido. Tais registros são representados por restos de organismos que viveram no final da Era Cenozóica (formas modernas de vida), por volta da transição entre dois períodos geológicos: o Pleistoceno (desde 2.5 milhões de anos até 11 mil anos) e o Holoceno (desde 11 mil anos até o presente). Alguns pesquisadores utilizam o termo Quaternário para se referir a esses períodos conjuntamente (Fig. 1).

Durante o Quaternário, muitos mamíferos de grande porte foram extintos em diferentes continentes. No território que hoje conhecemos como Brasil, incluindo a região Nordeste do país e a Serra da Capivara, não foi diferente. Várias espécies de mamíferos que ali viviam desapareceram definitivamente, e podemos citar como exemplos as preguiças e tatus gigantes, os mastodontes e toxodontes, entre outros (Fig. 2B).

Parentes distantes dos bichos preguiça atuais, as preguiças gigantes estão extintas e apresentavam tamanho muito avantajado em relação às viventes. Segundo mostram seus fósseis, algumas atingiam dimensões corpóreas grandes, pesando entre 500 e 700 kg. Outras atingiram aproximadamente cinco metros de comprimento da cabeça à cauda, sendo que o tamanho dos bichos preguiça atuais não ultrapassa um metro. Assim como ocorre com suas primas viventes, os membros das preguiças gigantes eram terminados em grandes garras, no entanto, o uso das garras é muito diferente entre elas.

Os bichos-preguiça as utilizavam para se locomover escalando árvores, onde passam a maior parte do tempo se alimentando de folhas. Já as preguiças extintas as utilizavam para andar sobre o solo e também para alcançar galhos, pois se alimentavam tanto de vegetais rasteiros quanto de folhagens encontradas no alto das árvores. Os

dentes desses animais cresciam continuamente e não eram revestidos de esmalte, aqueles que ficavam na parte de cima da boca se encaixavam com os de baixo de maneira curiosa, formando um "ziguezague". O encaixe ajustado entre os dentes permitia a estas grandes preguiças triturar completamente os vegetais que ingeriam. A pele da região dorsal do corpo era espessa devido à presença de pequenos ossos arredondados.

Os tatus gigantes foram grandes mamíferos que muito se assemelharam aos tatus atuais, porém com maior tamanho. Dividem-se basicamente em dois grupos: pampatérios e gliptodontes. Os pampatérios tinham tamanho bastante avantajado em relação ao maior tatu vivente, o tatu-canastra. Seu crânio, assim como dos tatus atuais, tinha forma afunilada no sentido do focinho, sua carapaça tinha forma ovalada e apresentava partes móveis (chamadas cintas) na área central. Estas cintas permitiam aos pampatérios uma grande mobilidade em comparação aos gliptodontes, de carapaça rígida. Parte da carapaça protegia também a cabeça e a cauda dos pampatérios, exatamente como nos tatus viventes. A alimentação dos pampatérios era parecida com os dos gliptodontes, consistindo em vegetais rasteiros e folhas. Suas patas eram largas e dotadas de fortes garras, que permitia que escavassem túneis no solo com facilidade e assim como os fósseis desses animais, alguns desses túneis também se preservaram e são alvo de estudos científicos.

Os gliptodontes foram animais muito peculiares que em sua aparência geral lembravam os tatus atuais, isso porque tinham seu corpo recoberto por uma carapaça óssea de forma arredondada de até dois centímetros de espessura, com placas que protegiam também sua cabeça e sua cauda. No entanto, sua carapaça não era articulada, e seu crânio era mais alto e curto do que o dos tatus. Com relação ao porte, os gliptodontes eram muito diferentes dos tatus que conhecemos hoje,

seu tamanho era de quase três metros de comprimento e seu peso de aproximadamente uma tonelada. Os dentes eram alongados e apresentavam saliências que permitiam cortar e triturar de maneira eficiente a grama e as folhas que compunham sua dieta. Seus membros eram robustos, sendo que os anteriores eram mais curtos do que os posteriores, dando uma aparência rebaixada à parte frontal do animal. Seus dedos eram terminados em pequenas garras, mas ao contrário do que as aparências indicam, os gliptodontes possivelmente não escavavam tocas como os tatus atuais.

Embora não sejam parentes dos hipopótamos, os toxodontes se assemelhavam a esses animais no que diz respeito ao tamanho e aos hábitos anfíbios. De acordo com seus fósseis, os membros dos toxodontes eram fortes e robustos, entretanto, ao manterem-se dentro da água esses animais diminuíam em grande parte a carga que o restante do corpo exercia sobre as suas patas. Seu crânio era bastante alto, com as órbitas, a cavidade nasal e a abertura dos ouvidos situada próxima ao seu topo. Desta forma, os toxodontes podiam permanecer mergulhados quase que inteiramente, a exemplo dos hipopótamos, deixando apenas os olhos, o focinho e os ouvidos para fora da água. Os dentes desses animais apresentavam faixas de esmalte que cobriam apenas uma parte deles. Como sua alimentação consistia basicamente de gramíneas, seus dentes se desgastavam com relativa facilidade, entretanto, o desgaste era compensado pelo crescimento contínuo dos dentes, tanto nos jovens, quanto nos adultos.

Aparentados de maneira distante aos elefantes atuais, os mastodontes tinham aproximadamente o mesmo porte que eles e provavelmente também apresentavam a pele muito espessa, as orelhas grandes, a cauda curta, os membros em forma de coluna e uma tromba comprida. Seus dentes superiores da parte da frente da boca, chamados de defesas, eram também semelhantes aos dos elefantes

atuais. Eles podiam atingir quase um metro e meio de comprimento, eram levemente cônicos e se projetavam para fora da boca, à frente da cabeça. Os demais dentes podiam chegar a vinte centímetros de comprimento cada e eram cobertos por uma grossa camada de esmalte, formados por tubérculos robustos, que quando desgastados pelos brotos, folhas e capim que compunham sua dieta, lembravam a forma de um trevo. Quando um dente estava muito desgastado, era substituído por outro, que nascia mesmo que o animal já não fosse tão jovem.

Todos esses animais e seus ancestrais mais diretos pesavam centenas de quilos, o que faz com que os pesquisadores se refiram a eles como *megafauna*. Fósseis da megafauna extinta foram encontrados em diferentes ambientes em uma vasta área continental das Américas. Na Serra da Capivara, os fósseis de mamíferos foram recuperados de cavernas, abrigos rochosos e lagoas. Em função das descobertas arqueológicas realizadas na região, os fósseis da megafauna e de mamíferos de pequeno e médio porte foram estudados principalmente sob dois aspectos: o *taxonômico* e o *paleoecológico*.

O aspecto taxonômico é primordial no estudo paleontológico e foi de longe o mais intensamente estudado. O termo taxonômico se refere à identidade dos fósseis, ou seja, determinar a que família e espécie de organismo pertence um determinado fóssil. Com isso, os pesquisadores não só contribuíram com informações sobre a forma e o tamanho de cada osso e dente do esqueleto de vários animais, como compararam os esqueletos de diferentes animais e puderam estudar suas relações de parentesco. Um exemplo particularmente curioso de parentesco é o das preguiças e tatus gigantes, que são extintos, mas relacionados com as pequenas preguiças arborícolas, tatus e tamanduás ainda viventes hoje em dia.

A partir da identificação dos fósseis, os pesquisadores puderam saber quais animais efetivamente estavam representados em cada sítio paleontológico (lagoas, cavernas, etc) e, assim, assinalar ou não a Serra da Capivara como parte de sua distribuição geográfica. Esta informação, considerada à luz dos demais registros do período Quaternário, representa uma parte do aspecto paleoecológico abordado pelos cientistas. Geralmente, suposições sobre aspectos paleoecológicos envolvem informações sobre como se comportava um determinado animal ou como era a paisagem e o clima de uma dada região no passado.

Nessas abordagens são levados em consideração, quando possível, os hábitos de outras espécies aparentadas ao animal objeto do estudo, como a dieta e o comportamento social, ou então a forma e os movimentos de partes específicas do corpo do animal estudado. Todavia, essas possibilidades são limitadas pela carência de informações detalhadas sobre *como* e *quando* os fósseis se formaram e como eram os ambientes em que isso ocorreu.

Os processos que acumulam restos mortais de vertebrados e favorecem sua fossilização em ambientes continentais são muito variados, incluindo o transporte por água, a ação de predadores, a morte em armadilhas naturais (como cavernas), morte por catástrofes naturais, dentre outros. Em geral, a maneira *como* um conjunto de fósseis se preservou vai determinar algumas de suas características mais marcantes. Em alguns casos, isso pode favorecer a preservação dos fósseis de uma ou mais espécies que, por exemplo, apresentam grande tamanho corporal e ossos mais resistentes, enquanto que outras espécies que são menores e com ossos frágeis tendem a não se preservarem.

Se os restos das espécies de pequeno porte não foram totalmente destruídos e os métodos forem adequados, essa infor-

mação pode ser recuperada pelos pesquisadores, e espécies de ambos os tamanhos corporais serão levadas em conta nas reconstruções sobre a vida e o clima na região. Sendo assim, entender *como* os depósitos fossilíferos se formaram é fundamental para interpretar a mensagem paleoecológica que eles preservaram.

As informações a respeito de quando se formaram os fósseis de mamíferos da Serra da Capivara também são fundamentais e o número de datações disponíveis é crescente, com vários métodos sendo utilizados. De forma geral, as datações para os depósitos fossilíferos da região estão distribuídas pelo Pleistoceno final e Holoceno, desde 93.000 até 1.650 anos atrás (KINOSHITA et al., 2016; RIBEIRO et al., 2016). Assim, considerando que diferentes grupos de mamíferos quaternários perduraram com sucessivas gerações por mais de dois milhões de anos ao longo do Pleistoceno e do Holoceno, é necessário refinar esse panorama para posicionar mais precisamente os fósseis encontrados neste amplo intervalo de tempo. Desta forma, para realizar suposições cada vez mais consistentes sobre aspectos paleoecológicos, é necessário entender como e quando se formaram os sítios paleontológicos e é isso que novas pesquisas vêm buscando.

Lagoas, cavernas e pinturas rupestres

A Lagoa de São Vitor, como outras lagoas da região, se configura como uma depressão das rochas que ocorre profundamente no terreno e que se reflete também na superfície, sendo geralmente preenchida por camadas arenosas e argilosas. Na estação chuvosa essas áreas ficam completamente alagadas e, como muito é sabido pela população local, ao longo do ano sua porção subterrânea conserva água por consideráveis períodos de tempo. Essa água pode ser acessada pela escavação de poços, conhecidos regionalmente como *cacimbas*.

No caso da Lagoa do São Vitor, durante a abertura das cacimbas foram encontrados principalmente ossos e dentes fósseis que pertenceram a animais de grande porte corporal, como os já mencionados preguiças e tatus gigantes, toxodontes e mastodontes (GUÉRIN et al., 1996). Parte dos fósseis dessa lagoa estão completos e bem preservados, enquanto outros são muito fragmentados e alguns ainda apresentam um aspecto arredondado devido ao desgaste de sua superfície. É provável que, como se verificou para a Lagoa dos Porcos (KINOSHITA et al., 2014), o transporte por água teve um papel fundamental na concentração dos restos de grandes animais que se preservaram como fósseis e também seria responsável pela fragmentação dos materiais e posterior arredondamento dos fragmentos.

Se considerarmos outras lagoas da região, como a Lagoa do Quari e a Lagoa dos Porcos, vários outros animais como as paleolamas, cavalos, veados e até o famigerado tigre dentes-de-sabre também estão representados. Isso é curioso, pois em geral, nos depósitos das lagoas na Serra da Capivara, como é o caso da Lagoa do São Vitor, Lagoa dos Porcos, Lagoa da Pomba e Lagoa do Quari, os mamíferos de grande porte predominam. Já nos sítios em cavernas estão representados tanto os de grande quanto de médio e pequeno porte (GUÉRIN; FAURE, 2008). Em algumas cavernas os materiais de pequenos mamíferos de tamanho igual ou menor que o roedor popularmente conhecido como rato rabudo ou punaré, são mais abundantes.

As contribuições taxonômicas foram muito valiosas e continuam sendo realizadas para fósseis da região (RIBEIRO et al., 2014; KERBER et al., 2016; MAYER et al., 2016). Paralelamente, algumas das pesquisas subsequentes tentaram dar continuidade à investigação sobre a formação dos sítios. Parte das abordagens aliaram técnicas arqueológicas com o estudo dos solos (FELICE, 2006), outras se concen-

raram em vários aspectos dos sedimentos e suas idades (SANTOS, 2007) e outras se basearam em datações, fósseis e/ou contexto sedimentar (MAYER, 2013; KINOSHITA, 2014). Assim, considerando o transporte por água como principal processo de acumulação dos fósseis na Lagoa do São Vitor, qual seria o significado paleoecológico desses fósseis e dos sedimentos que os soterraram? Em que tipo de ambiente os restos se depositaram e se fossilizaram? Qual era a paisagem durante esses eventos? Ela se mantém até os dias atuais ou se modificou?

Estas perguntas tem sido gradativamente respondidas com o auxílio de novos dados sobre a sedimentação nas lagoas da região. Recentemente, informações obtidas com novas técnicas para o estudo de declividades do terreno, os sedimentos presentes nas lagoas e seu conteúdo fossilífero podem ser correlacionados com estudos paleoclimáticos baseados em outros materiais, como espeleotemas (depósitos minerais que podem crescer por milhares de anos no interior de cavernas de maneira associada com o nível de chuvas) e restos fósseis de vegetais, por exemplo. Mais adiante no texto serão apresentados alguns resultados sobre esses outros materiais.

Uma abordagem do ponto de vista sedimentar tem apontado para um modelo no qual as áreas que hoje reconhecemos como lagoas se intercomunicavam com fluxos perenes de água no passado (MENDES, 2016). Assim, o que hoje vemos como lagoas isoladas, foram no passado parte de um ativo sistema de drenagem do Rio Piauí. Nesta fase, o fluxo de água era forte o suficiente para carregar sedimentos e esqueletos de animais de vários tamanhos. Neste momento, os esqueletos poderiam ainda reter total ou parcialmente os músculos e a pele ou essas partes moles poderiam já ter se decomposto e os esqueletos permaneceram expostos na superfície por longos períodos de tempo antes de serem soterrados.

As áreas profundas desses corpos d'água que apresentavam alguma barreira, como um afloramento rochoso, eram as mais favoráveis para a deposição final de restos orgânicos que vinham sendo transportados. A ocorrência desses processos é atestada atualmente pelo sedimento arenoso ou ainda mais grosseiro na parte mais profunda das lagoas (o qual é mais difícil de ser transportado pela água do que as argilas) em associação com fósseis fragmentados, arredondados e com sinais de uma anterior exposição em superfície.

Com o passar dos anos, as características climáticas da região Nordeste mudaram e o nível de água que conectava as lagoas começava a baixar e reduzindo esta comunicação. Aparentemente, a diminuição no fluxo de água foi relativamente abrupta e se refletiu no tipo de partículas de sedimento que podiam ser carregadas (MENDES, 2016). Com isso, somente os sedimentos menores e mais facilmente transportáveis, como as argilas, começaram a se depositar sobre a camada arenosa mais antiga que continha os restos dos esqueletos.

É possível ainda que a mudança ambiental levou os animais a se concentrarem em áreas em que a água se acumulava e, quando ela não mais se encontrava disponível, eles morriam pelas proximidades do local. Mais tarde, eventuais chuvas poderiam transportar os esqueletos para o leito do corpo d'água e tais eventos podem ter contribuído para fossilização desses materiais. Esse fenômeno foi observado durante uma grande seca ocorrida na Etiópia-África, no ano de 1973 (SHIPMAN, 1975).

A exemplo do que mencionamos para as lagoas da região, incluindo a Lagoa do São Vitor, permanecem em aberto intrigantes questões paleoecológicas sobre os depósitos da Serra da Capivara. Para ter uma ideia geral do ambiente no passado os pesquisadores consideram de forma aliada informações das lagoas, cavernas e pinturas rupestres. No que se refere às pinturas rupestres, o exemplo

mais emblemático é o das pinturas interpretadas como capivaras (vide PESSIS, 2003) (Fig. 3).). A partir dessa associação, com um possível reforço do nome dado ao parque nacional, a ideia de que esses grandes roedores foram abundantes no passado da região parece convidativa. Porém, se as capivaras fossem realmente abundantes na Serra da Capivara e as pinturas rupestres de fato as retratassem, por que quase não se verifica sua presença no registro fóssil da região?

Nos mais de trinta anos de pesquisa na Serra da Capivara foram recolhidos mais de 10.000 fósseis, e desses apenas um fragmento pertencente à família das capivaras foi encontrado (FAURE et al., 2009) e mais tarde devidamente identificado (KERBER et al., 2016). Esse único fóssil de capivara é proveniente da Toca das Moendas, uma caverna situada no serrote das Moendas, em Coronel José Dias-Piauí. Até o momento ainda não é claro por que os fósseis de capivaras são tão raros na Serra da Capivara e, por consequência, se as pinturas rupestres interpretadas como representações de capivaras realmente retratam esses animais. A própria Dra. Niède Guidon, arqueóloga pioneira no estudo da região, discute que tais pinturas poderiam representar os porcos do mato popularmente conhecidos como caititus, catetos ou queixadas (apud FAURE et al., 2009).

De acordo com os hábitos das capivaras atuais, que são fortemente associadas com corpos d'água e regiões alagadiças, seria razoável esperar que boa parte dos indivíduos dessa família que viveram durante a pré-história da Serra da Capivara o fizeram preferencialmente na área onde se localizam as lagoas, que na época formavam uma rede de rios. É fato que as capivaras não são tão grandes quanto a maior parte dos animais preservados como fósseis nas lagoas (preguiças e tatus gigantes, mastodontes e toxodontes), mas seus ossos e dentes são tão resistentes quanto os de outros animais de médio porte já registrados na Lagoa dos Porcos, como tartarugas, aves e vea-

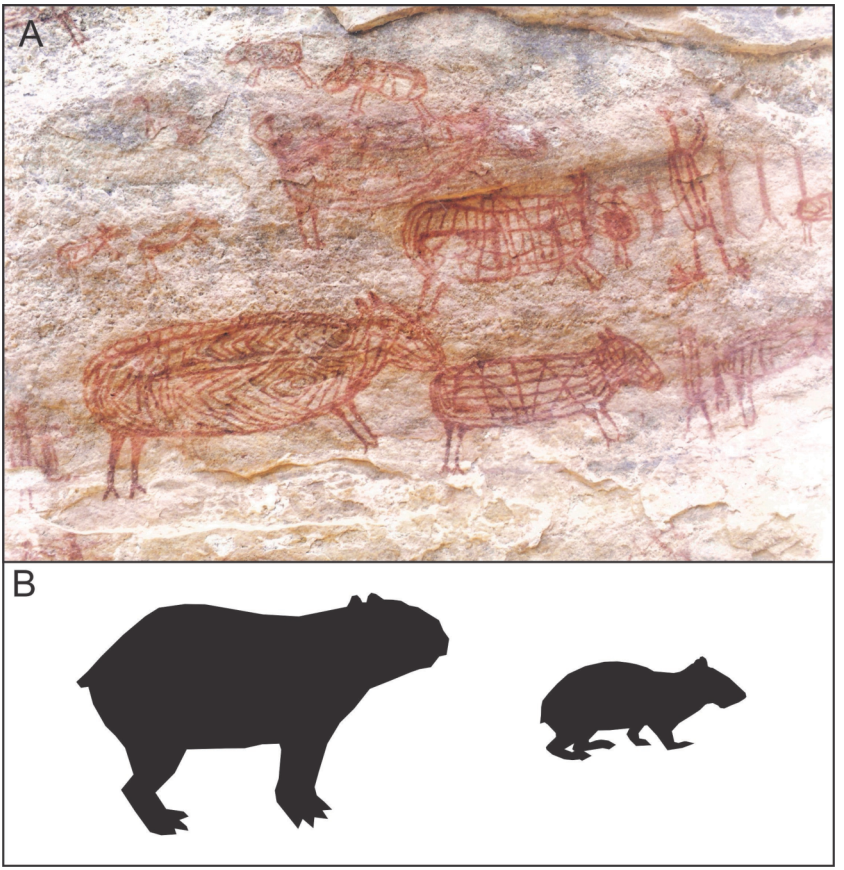


Figura 3. A - Pinturas rupestres da Toca do Caldeirão do Rodrigues I, Parque Nacional Serra da Capivara, interpretadas como capivaras. B - Contorno do corpo de uma capivara, a esquerda, e de um mocó, a direita, vistos de lado e em escala aproximada às suas reais diferenças de tamanho.

dos. Em suma, se as capivaras realmente viveram ali, seria esperado encontrar seus fósseis em maior quantidade. Consequentemente, a escassez de materiais dessa família de grandes roedores sugere que elas aparentemente não eram comuns na região como muitos acreditam. Alternativamente, outro roedor gregário e que é notoriamente típico da região, o mocó, deixou inúmeros restos de seu esqueleto em várias cavernas e abrigos sob rocha da região. Desconsiderando-se o tama-

nho, a aparência externa de capivaras e mocós é bastante semelhante: ambos apresentam corpo robusto, membros curtos e cauda vestigial. Além da semelhança externa, segundo dados moleculares eles integram a mesma família dentro do grupo dos roedores (PÉREZ ME, 2012).

Assim, devido à forma semelhante e o hábito de viver em grupo, é possível que alguns animais representados nas pinturas rupestres da Serra da Capivara representem os mocós e não as capivaras. A história evolutiva dos mocós se procedeu em forte associação com os maciços rochosos, e pode ter inspirado as primeiras populações humanas a representá-los artisticamente utilizando os próprios paredões de rocha como suporte para sua arte.

Outras fontes de dados

Mediante às dificuldades e limitações de se extrair exclusivamente dos fósseis e pinturas rupestres informações que ajudassem a pensar o cenário paleoclimático da região Nordeste, os pesquisadores também investem em outras fontes de dados, como os já mencionados espeleotemas e pólens fósseis. Para determinados aspectos, como o regime de chuvas, por exemplo, os espeleotemas oferecem informações precisas que os fósseis não podem nos dar. O material que forma os espeleotemas (carbonato de cálcio – CaCo3) no interior das cavernas permite que eles forneçam numerosas datações associadas às estimativas da quantidade de chuvas que ocorreram durante sua formação. Devido a isso, o estudo dos espeleotemas tem se consolidado como um dos melhores indicadores paleoclimáticos de regiões tropicais e subtropicais (SIFEDDINE et al., 2014).

Análises de espeleotemas do Rio Grande do Norte (CRUZ et al., 2009) contribuíram para o entendimento do paleoclima da região

Nordeste. Como o Rio Grande do Norte se encontra no mesmo contexto climático que o Piauí, é possível extrapolar os dados para a Serra da Capivara. Foram identificados três períodos de umidade maior que a atual, dois que duraram relativamente pouco tempo no Pleistoceno tardio e outro com maior duração, abrangendo aproximadamente dois terços do Holoceno. Observou-se ainda que as mudanças no regime de chuvas ocorreram de forma abrupta, o que se relaciona com o contato direto entre as camadas argilosas e arenosas encontradas nas lagoas durante as escavações.

Já os pólens encontrados em depósitos marinhos tem sido uma importante ferramenta para reconstruir mudanças na vegetação terrestre e no clima da região Nordeste. Apesar de existir muita dificuldade de se obter grandes amostras em lagos e lagoas, as análises de pólens marinhos nos auxiliam a entender mudanças desse tipo que ocorreram na área continental próxima. Os resultados indicam que diferentes plantas herbáceas foram predominantes durante o final do Pleistoceno e o início do Holoceno (desde aproximadamente 42.000 anos até 8.500 anos atrás), compondo uma paisagem como a da Caatinga.

Porém, altas concentrações de esporos de samambaias sugerem períodos curtos de tempo que apresentaram grande aumento das chuvas entre 40.000, 33.000 e 24.000 anos atrás, e análises indicam que o período de maior umidade ocorreu entre 15.500 e 11.800 anos. Essas alterações provocaram o avanço e a retração de florestas, de forma que poderia ter ocorrido uma troca entre espécies da mata atlântica e da floresta amazônica que certamente tiveram distribuições diferentes das conhecidas hoje (BEHLING, 2000).

Como mencionado, as condições ambientais de lagos e lagoas não são as mais favoráveis para a preservação de restos botânicos. Ainda assim, foram obtidos dados sobre a vegetação do passado da

região da Serra da Capivara, na Lagoa do Quari, que indicaram a presença de vegetações rasteiras, típicas de áreas abertas, mas com a presença de arbustos e árvores (PARENTI et al., 2003).



Figura 4: Escavação na Lagoa do Quari em 2002 (Acervo FUMDHAM).

Referências

BEHLING, H. et al. Late Quaternary vegetational and climate dynamics in northeastern Brazil, inferences from marine core GeoB 3104-1. **Quaternary Science Reviews**, v.19, n.10, p.981-994, 2000.

CARVALHO, M.S.S.; CRUZ, N.M.C. Evolução da vida. In: SILVA, Cassio Roberto da (Org.). **Geodiversidade do Brasil:** conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. p.21-32.

CRUZ, F. W. et al. Orbitally driven east–west antiphasing of South American precipitation. **Nature Geoscience**, v.2, n.3, p.210-214, 2009.

FAURE, M. et al. L'Art rupestre du Parc National Serra da Capivara (Piauí, Brésil): bestiaire figuré et données paleontologiques. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, 14., 2009, São Raimundo Nonato. **Anais...** São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2010, p. 16.

KERBER, L. et al. Late Quaternary caviomorph rodents (Rodentia: Hystricognathi) from the Serra da Capivara, northeastern Brazil, with description of a new taxon. **Historical Biology**, v. 28, p. 439-458, 2014.

KINOSHITA, A. et al. ESR dating of Smilodon populator from Toca de Cima dos Pilão, Piauí, Brazil. **Applied Radiation and Isotopes** , v. 120, p. 66-70, 2016.

LEME, J. de M. et al. The occurrence of Phacopida trilobites from Pimenteira Formation at João Costa, Piauí, Brazil. **Geologia USP**, Série Científica, v.13, n.3, p.17-22, 2013.

MAYER, E.L. Pequenos mamíferos do Sumidouro do Sansão, Serra da Capivara, Piauí: resultados preliminares. In: RASTEIRO, M.A.; MORATO, L. (Orgs.). CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32, 2013. Barreiras. **Anais**... Campinas: SBE, 2013, p.439-446. Disponível em: http://www.cavernas.org.br/anais32cbe/32cbe_439-446.pdf>. Acesso em 13/01/2017.

MAYER, E. L. et al. Taxonomic, biogeographic, and taphonomic reassessment of a large extinct species of paca from the Quaternary of Brazil. **Acta Palaeontologica Polonica**, v. 61, n.4, p.743-758, 2016.

MENDES, V. R. **Registro Sedimentar Quaternário na Bacia do Rio Parnaíba, Piauí:** Um Estudo Multi-indicadores Voltado à Investigação de Mudanças Climáticas. 2016. Tese (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

MENDES, V. R. **Registro Sedimentar Quaternário na Bacia do Rio Parnaíba, Piauí:** Um Estudo Multi-indicadores Voltado à Investigação de Mudanças Climáticas. 2016. Tese (Doutorado em Geoquímica e Geotectônica) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

PARENTI, F. et al. Sondagens na Lagoa do Quari, São Raimundo Nonato, Piauí: campanha 2002. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, n. 3, p. 129-145, 2003.

PÉREZ ME, Pol D. Major Radiations in the Evolution of Caviid Rodents: Reconciling Fossils, Ghost Lineages, and Relaxed Molecular Clocks. **PloS One**, v. 7, n.10, p.1–21, 2012.

PESSIS, A-M. **Imagens da pré-historia**, Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/Petrobras édit.: 2003.

RIBEIRO, A. M. et al. Os pequenos vertebrados fósseis da região do Parque Nacional da Serra da Capivara. In: PESSIS, A-M; MARTIN, G.; GUIDON, N. (Orgs.). **Os biomas e as sociedades humanas na Pré-História da região do Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil**. 1ed. São Paulo: Ipsis Gráfica e Editora, v. II-A, 2014. p. 184-199.

RIBEIRO, A.M. et al. Novas datações holocênicas para pequenos mamíferos da Serra da Capivara, Piauí, Brasil. In: **X Simpósio Brasileiro de Paleontologia de Vertebrados**, Rio de Janeiro. 2016.

SANTOS, J. D. **O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno, Piauí, Brasil:** morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes. 2007. Tese (Doutorado em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2007.

SHIPMAN, P. A. T. Implications of drought for vertebrate fossil assemblages. **Nature**, 257, p.667-668, 1975.

SIFEDDINE, A.; CHIESSI, C; CRUZ, F. W. Informações paleoclimáticas brasileiras. In: AMBRIZZI, T.; ARAUJO, M. (Orgs.). **Base científica das mudanças climáticas**. Contribuição do Grupo de Trabalho 1 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. Vol. 1. Rio de Janeiro: COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 126-180.

Arqueologia

Autores:
Bruno Vitor de Farias Vieira
Nívia Paula Dias de Assis

Povoado São Vitor: Passagens e Paisagens Arqueológicas

O sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor foi evidenciado por cientistas na região Sudeste do Piauí, zona rural do município de São Raimundo Nonato, no ano de 1978. Tal episódio aconteceu com a expansão dos estudos arqueológicos iniciados na Serra da Capivara para as lagoas existentes na região, no intuito de aprofundar os conhecimentos sobre o paleoambiente (FUMDHAM, 2007; PARENTI et al., 2003).

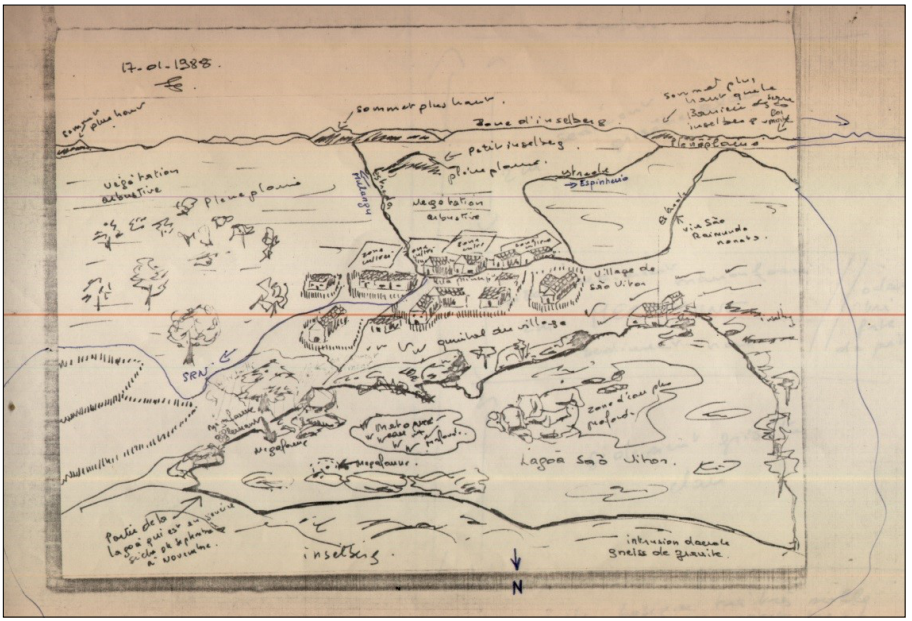


Figura 1: Croqui da localidade São Vitor feito por Joel Pellerin, 1988 (Acervo FUMDHAM).

A dinâmica hídrica dessas lagoas (períodos de cheias e de secas), ao longo de milênios, deixou registros importantes para remontar o passado, e é nesse contexto que restos fósseis de animais e vegetais, bem como objetos fabricados e utilizados pelos homens do passado, podem surgir testemunhando os modos de vida de seu tempo.



Figura 2: Imagem de satélite do complexo paisagístico de São Vitor (Fonte: Google Earth, 2015 apud VIEIRA, 2015).



Figura 3: Vista geral do sítio Lagoa de São Vitor e do povoado homônimo (Acervo PROEX-UNIVASF/ São Vitor, 2014).

Com a utilização da Lagoa de São Vitor, principalmente por meio do sistema de abertura de cacimbas, no qual os moradores locais abriam buracos para que brotasse a água na sua forma mais límpida, inúmeros "fragmentos materiais do passado" foram descobertos. Entretanto, as primeiras escavações arqueológicas realizadas por equipes científicas aconteceram somente no ano de 2007. A partir de então, os artefatos arqueológicos encontrados vêm fornecendo informações sobre os "saberes e vivências" dos homens e mulheres que habitaram a região.

As primeiras escavações arqueológicas oficiais ocorreram no âmbito do projeto "A Água e o Berço do Homem Americano" (ABHA), uma parceria entre a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e o Programa Petrobrás Ambiental, que objetivava a promoção de ações integradas buscando a melhoria da gestão de recursos hídricos na região dos Parques Nacionais da Serra da Capivara, da Serra das Confusões e áreas circunvizinhas, denominado "Território do Berço do Homem Americano – TBHA" (onde a Lagoa de São Vitor está inserida), no semiárido nordestino, através de um conjunto de iniciativas para o aproveitamento dos recursos naturais, ecológicos, turísticos e culturais (FUMDHAM, 2007).

A paisagem local correlacionada aos vestígios arqueológicos dispersos fornece *marcos de ocupação* que definem antigos espaços sociais. Para essa região, as lagoas e os inselbergues representam esses marcos e ambos tiveram uma participação decisiva no uso e ocupação da referida área (VIEIRA, 2015).

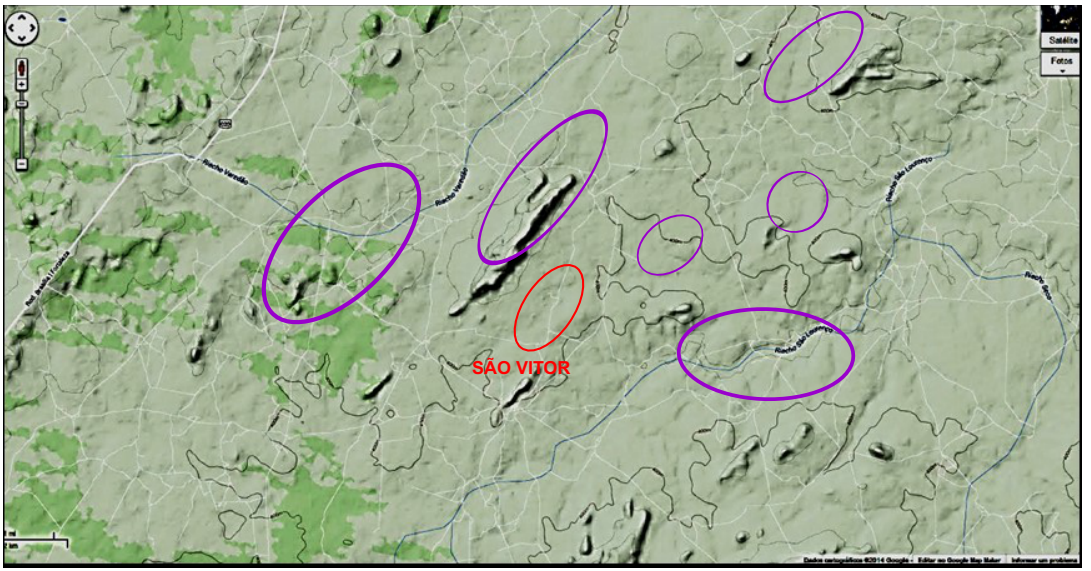


Figura 4: Região de inselbergues nas proximidades da Lagoa de São Vitor (Fonte: Google Earth, 2015 apud VIEIRA, 2015).

É certo que a presença da água, por tratar-se de elemento essencial à sobrevivência, influencia a ocupação humana em qualquer ponto do planeta. Na Lagoa de São Vitor, as pesquisas arqueológicas e paleoambientais já demonstraram que se tratava de local de atração humana e animal desde períodos recuados.

Por volta de 12 a 10 mil anos atrás essa região era úmida (GUIDON, 1998); hoje, em função do clima semiárido, existem longos períodos de estiagem que repercutem em uma significativa escassez de água. Nesse contexto, a localização de restos de fogueiras no fundo da lagoa - o qual "reaparece" durante as secas - permitiu a constatação de vestígios das ocupações humanas.

Trata-se das próprias estruturas de combustão e dos artefatos arqueológicos a elas associados. Uma dessas fogueiras pode indicar, inclusive, que em determinado momento, com o baixo nível da água e o consequente recuo das margens da lagoa, houve um avanço espacial na ocupação para o seu interior.

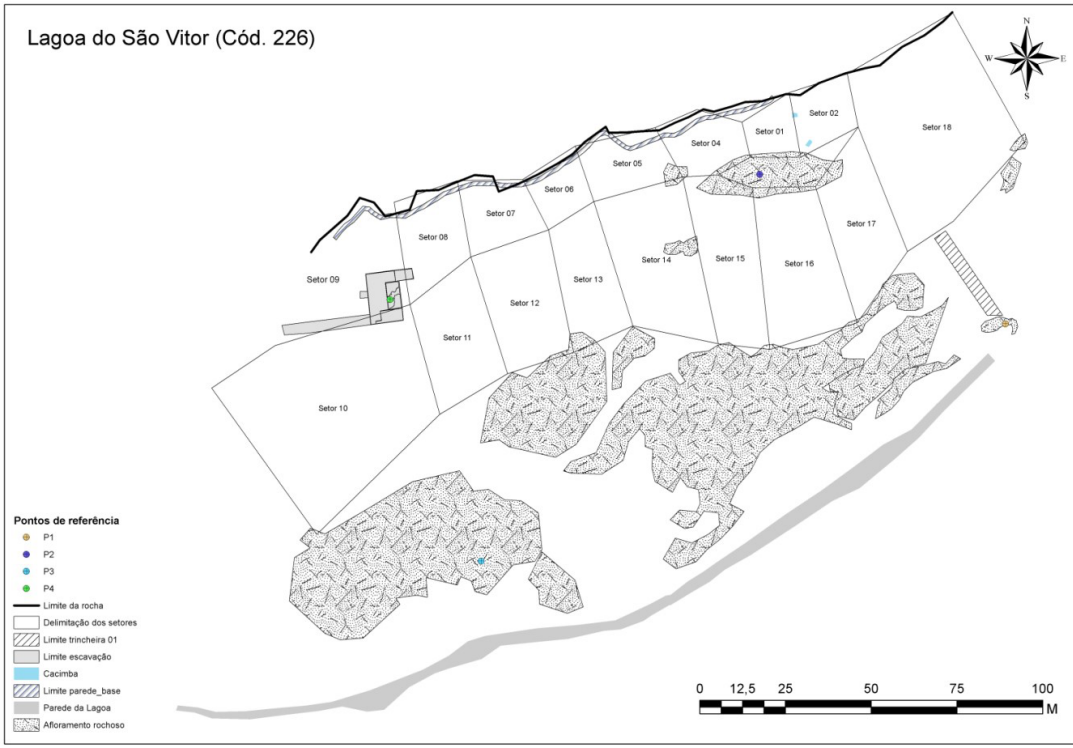
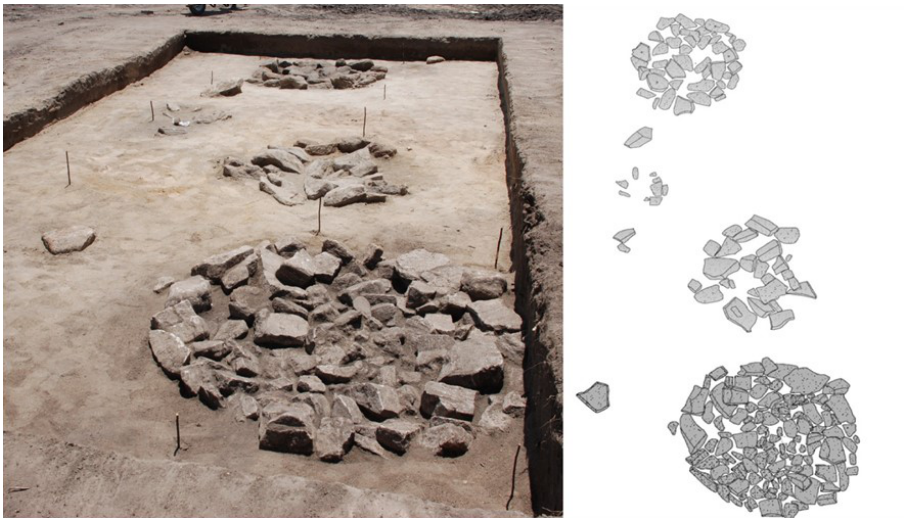


Figura 5: Planta baixa topográfica do sítio Lagoa de São Vitor (Acervo FUMDHAM).

As escavações também revelaram que para a montagem das fogueiras houve a preferência por matérias-primas do entorno da própria lagoa, pois os blocos rochosos estruturados de maneira circular são oriundos das placas desprendidas do *inselberg* que circunda o sítio. Destaca-se que, por meio da datação obtida com os carvões existentes nessas estruturas, de 360+/-40 anos A.P. (antes do presente), é possível fazer uma aproximação com o período da colonização dessa região. Por volta de trezentos anos atrás, ou seja, no século XVIII, essa área fazia parte do "Sudeste da Capitania do Piauhy" e foi palco de intensos embates entre os colonizadores e indígenas durante a "Guerra aos Pimenteira" (Vide capítulo de História).

Para entender a datação da fogueira apresentada, que é de 360+/-40 anos A.P., observa-se que os 360 anos equivalem à sua datação média, com 40 anos para mais ou para menos. Ou seja, a fogueira está localizada entre 320 anos (360 - 40) e 400 anos atrás (360 + 40). A expressão A.P. refere-se a "antes do presente", sendo o "presente" equivalente ao ano de 1950. Essa data é considerada o ponto zero da escala de tempo de radiocarbono utilizada para calcular resultados de datação por carbono.



Figuras 6 e 7: Estruturas de Fogueiras encontradas no sítio Lagoa de São Vitor e representação das mesmas em desenho (Acervo FUMDHAM apud VIEIRA, 2015).

Associados às fogueiras, estavam artefatos em pedra lascada e polida e fragmentos de cerâmica e louça que pertencem a restos de objetos diversos, tais como raspadores, machadinhas, pontas de flechas de pedras, vasilhas e cachimbos de barro (cerâmica), pratos e malgas de louça, dentre outros objetos:

2 cachimbos	3500 peças líticas
20 fragmentos de louça	260 fragmentos de cerâmica

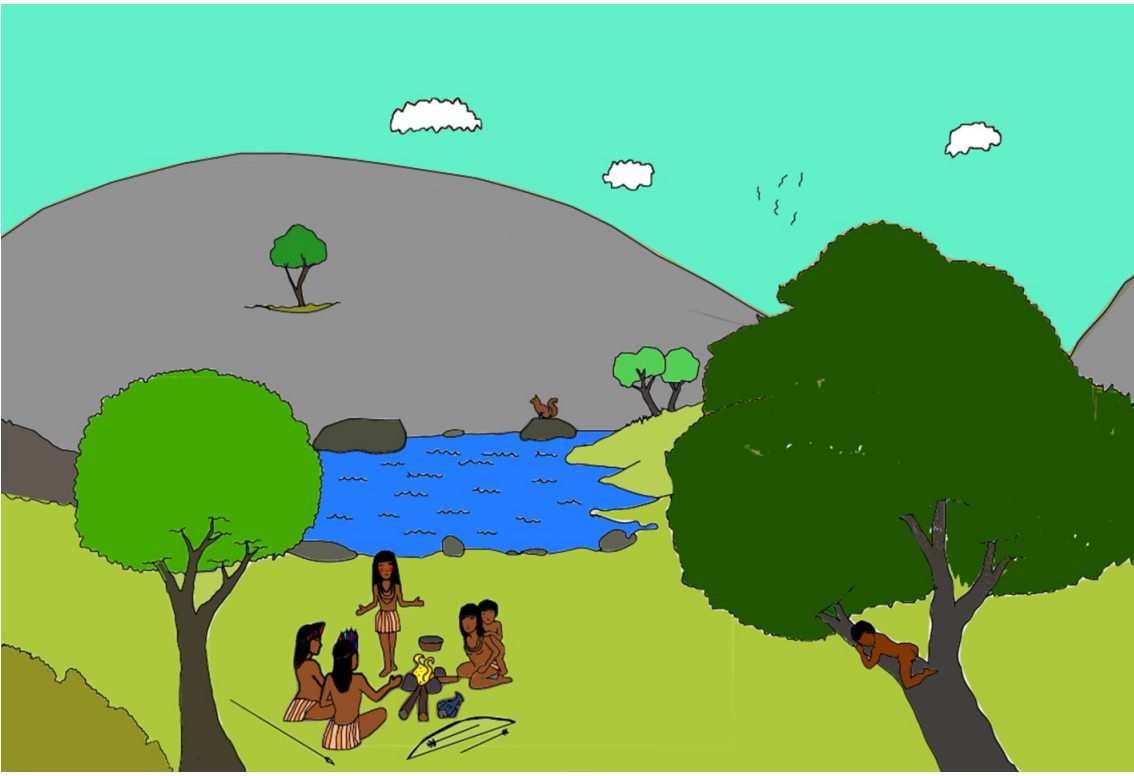


Figura 8: Reconstituição de possível acampamento nas margens da Lagoa de São Vitor há aproximadamente 360+/-40 anos A.P. (Ilustração: Diego Souza, 2016).

Nesse sítio foi encontrada uma ponta de projétil de quartzo hialino (de aparência clara e transparente), que demonstra o emprego de desenvolvida tecnologia de lascamento (Figura 9).



Figura 9: Ponta de projétil em quartzo hialino
(Fonte: Acervo FUMDHAM).

É importante mencionar a excepcionalidade de uma machadinha produzida com hematita – puro óxido de ferro. Segundo análises prévias realizadas pela FUMDHAM, o seu gume (parte cortante) apresenta expressivas marcas, demonstrando sua possível utilização (FUMDHAM, 2007).



Figura 10: Machadinha polida de hematita
(Fonte: Acervo FUMDHAM).

Também foram encontrados dois cachimbos de barro, sendo que um deles é ornamentado com uma espécie de carimbo e constitui a primeira evidência desse tipo de decoração na região (FUMDHAM, 2007, p. 28).



Figura 11: Cachimbo registrado *in situ* (Acervo FUMDHAM).

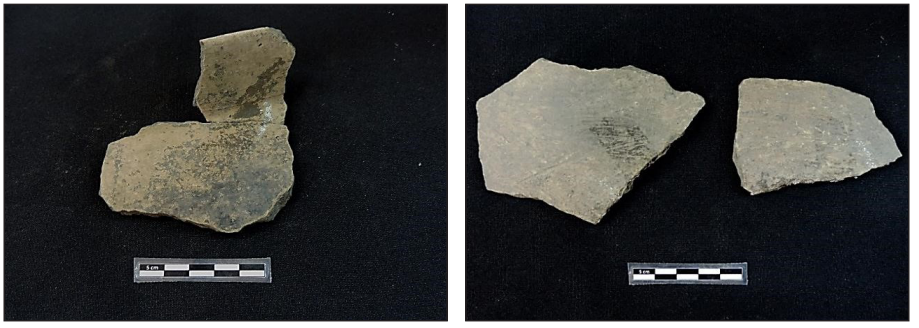


Figura 12:Fragmentos restaurados de cerâmica (borda) produzida em técnica acordelada e decoração alisada (Acervo FUMDHAM).

Figura 13: Fragmentos cerâmicos produzidos em técnica acordelada e decoração escovada (Acervo FUMDHAM).

Além de materiais de pedra e de cerâmica, os arqueólogos também encontraram cacos e peças inteiras de objetos mais recentes na Lagoa de São Vitor, como é o caso dos fragmentos de louça que testemunham a história do período em que chegaram os fazendeiros na região (séc. XVIII e séc. XIX). Todas as louças encontradas são do tipo *faiança*, correspondente a fragmentos de pratos e malgas, utilizadas para finalidades diversas.

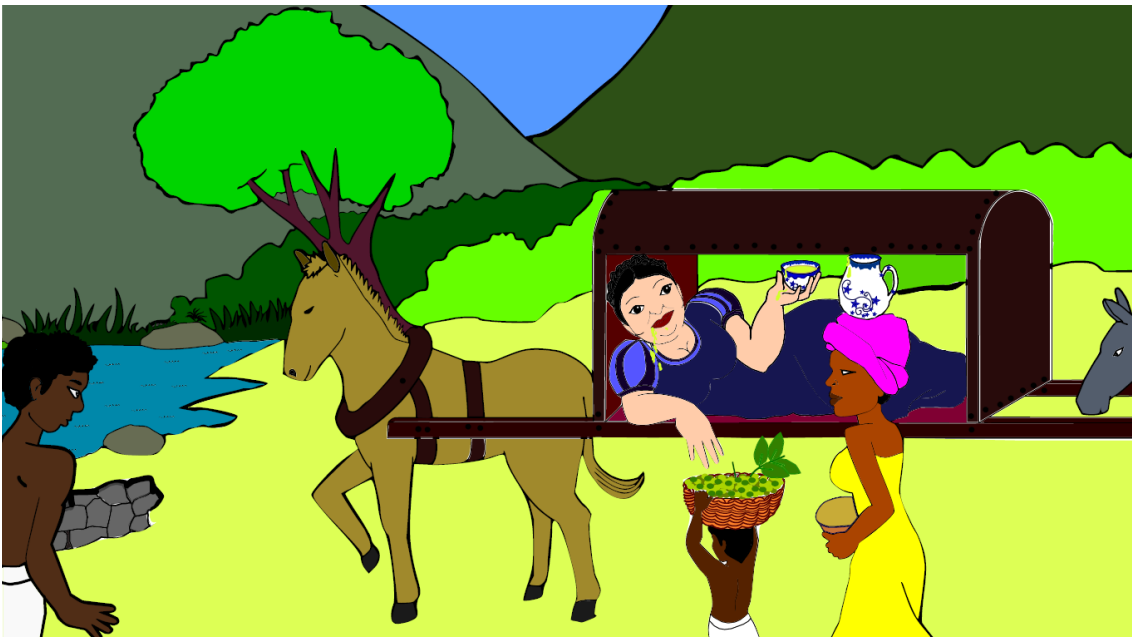


Figura 14: Reconstituição de possível cotidiano na Fazenda São Victor, a partir do cruzamento de relatos locais com análises de artefatos arqueológicos. Segundo a tradição oral da comunidade, a proprietária da fazenda costumava ser transportada em uma liteira (cadeira portátil). (Ilustração: Diego Souza, 2016).

Faianças são cerâmicas que passaram por um tratamento diferenciado, ficando com a aparência de vidro. Os pratos são recipientes abertos, circulares e, geralmente, com fundo e base planos, como os próprios pratos, além de pires, travessas, e etc. Já as malgas são recipientes, geralmente abertos, de forma típica circular e fundas. Estas eram utilizadas para o consumo de café, alimentos líquidos e pastosos; são exemplos as xícaras, potes, bules, e etc. (CALDARELLI, 2003).

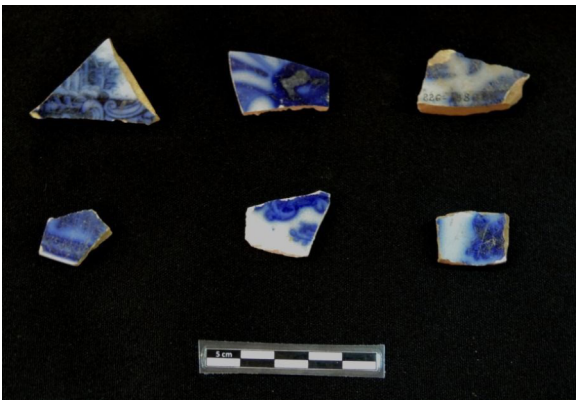




Figuras 15 e 16: Imagens ilustrativas de prato e malga em faiança, respectivamente (Imagens da internet).

A decoração das louças, ou seja, as imagens, figuras ou desenhos pintados e até a ausência delas é um dos principais meios para entender a história do "sítio Lagoa" como um dos espaços da antiga Fazenda São Victor (Séc. XVIII e XIX). Por meio dela, é possível observar desde a datação desses materiais até a fabricação, o uso e o descarte dos mesmos. Os principais tipos encontrados foram:

Figura 17: Fragmentos diversos de pratos e malgas de faiança com decoração borrão azul, encontrados no sítio Lagoa de São Vitor (VIEIRA, 2015).



Borrão azul

O tipo de decoração que mais aparece é o chamado "borrão azul". Esse nome é dado ao tipo de louça estampada na cor azul, no qual a tinta escorre dentro do esmalte, produzindo um aspecto de borrado. Foi introduzido na Inglaterra entre 1835 e 1845, alcançando popularidade até 1904. (LIMA, 1989 apud CALDARELLI, 2003; TOCCHETTO et al., 2001).

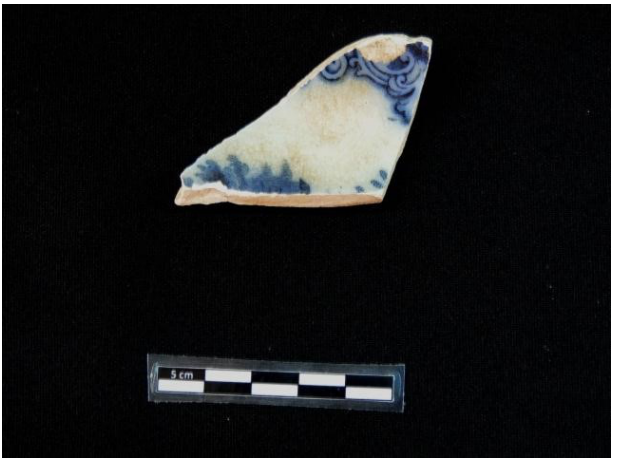


Figura 18: Base de malga em borrão azul (VIEIRA, 2015).

"Beira azul"

Outro tipo de decoração encontrada nas louças da Lagoa de São Vitor foi "beira azul" (*blue edge)* (TOCCHETTO et al., 2001). Essa decoração é marcada pela presença de linhas azuis pintadas à mão por toda a borda das louças, em geral as brancas e rasas, como os pratos. Por ser a mais barata entre as louças decoradas, era bem popular. Sua produção iniciou-se por volta de 1775 e encerrou-se no ano de 1850 (CALDARELLI, 2003).

Figura 19: Borda de prato com decoração “beira azul” (VIEIRA, 2015).



Louça branca

Esse tipo de louça, também chamado pelo nome de “decoração simples” (CALDARELLI, 2003), não apresenta nenhum motivo decorativo, pelo menos nos cacos analisados, pois a depender do caso, a peça inteira poderia apresentar algum tipo de decoração, só que não foi possível “descobrir” a partir de seus restos. Para Barbosa (2012) era um tipo muito comum no Brasil nos anos 1800, pois as peças eram comercializadas a preços mais baixos em comparação às decoradas, tornando-se acessível a várias camadas da sociedade. Consequentemente, é bastante encontrada em sítios arqueológicos deste período.



Figura 20: Louça branca (VIEIRA, 2015).

Impressão por transferência

Outro tipo de decoração encontrado nas escavações da Lagoa de São Vitor é o "impressa por transferência" (chamada em inglês de *transfer-printing*). Essa técnica foi realizada a "partir de placas de cobre gravadas e aplicadas no momento de decoração da peça" (CALDARELLI, 2003, p. 116), e começou a ser desenvolvida a partir de 1750, na Inglaterra, substituindo a decoração do tipo pintado à mão, que demandava bastante tempo e custo de produção (TOCCHETTO et al., 2001).

Para Barbosa (2012) essa técnica é tida como um avanço considerável na indústria da fabricação de cerâmica, decorrente da Revolução Industrial (Sécs. XVIII e XIX), já que possibilitou a produção em larga escala, produzindo-se itens iguais em grandes quantidades - o que resultou na diminuição dos custos de produção.

Nas amostras encontradas no sítio Lagoa de São Vítor, o motivo decorativo com estilo geométrico aparece em cor verde. De acordo com Samford (1997 apud Tocchetto et al., 2001), as decorações com este tipo de técnica e cor foram produzidas entre os anos 1818 e 1859, com o auge de produção entre 1830 e 1846.



Figura 21: Base com decoração por transferência e motivo geométrico (VIEIRA, 2015).

Outras louças foram encontradas em menor quantidade, com outras técnicas e motivos: com alto relevo, com faixas e também com motivos florais. Desse modo, os cacos de louça do sítio Lagoa de São Vitor, apesar da pequena quantidade, tornam-se bastante expressivos por conter diversas técnicas de decoração que permitem uma estimativa do período de uso destes materiais em louça e de quando a fazenda foi ocupada (VIEIRA, 2015).

Como os objetos foram em sua maioria de uso residencial, provavelmente devem ter feito parte do que poderia ter sido a sede da Fazenda São Victor, uma das mais importantes fazendas de gado do período colonial na região. Os utensílios de louça, por sua vez, geralmente eram comprados por pessoas que tinham mais recursos financeiros, e por mais que alguns fossem tidos como de custo razoável, de acordo com a história dessa região, não era qualquer grupo de pessoas que tinha acesso a objetos com tal sofisticação (importados). Em geral, o que houve nessa área foi uma maior utilização de utensílios confeccionados com matéria-prima local, como a cerâmica produzida com o barro (argila), por exemplo.

Restos de casas, fundações ou alicerces de construções, paredes e outros elementos do tipo também são relevantes para o estudo da Arqueologia. No caso da Lagoa de São Vitor, uma importante estrutura encontrada foi a ruína de uma parede ou cerca de pedras. Empilhadas umas sobre as outras, tais pedras montaram uma parede de aproximadamente um metro de altura. Segundo relatos dos moradores, foi construída em período remoto e até o final do séc. XX circundava toda a lagoa. Provavelmente foi erguido quando os fazendeiros chegaram à região.



Figura 22: Ruínas de muro de pedra nas proximidades do sítio Lagoa de São Vitor.

De acordo com a tradição oral da comunidade, o “muro de pedras” foi construído através do trabalho braçal dos escravos do Sr. Comendador José Antunes Piauhylino de Macêdo, proprietário da Fazenda São Victor no século XIX. Além disso, há relatos que remetem tal feito às “benfeitorias dos índios”.

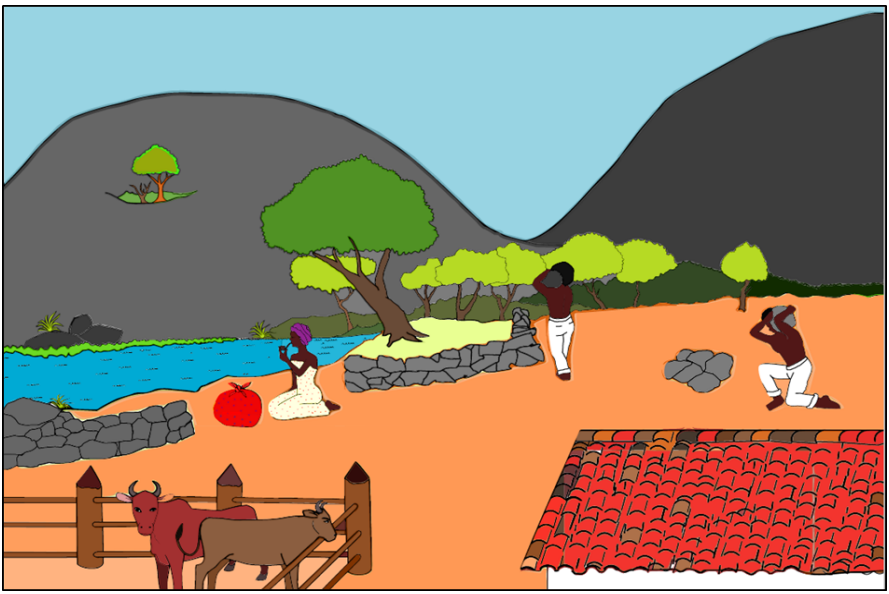


Figura 23: Reconstituição de possível cotidiano escravo na Fazenda São Victor, a partir do cruzamento de relatos locais com estruturas e artefatos arqueológicos (Ilustração: Diego Souza, 2016).

Referências

BARBOSA, R. F. **"Para o povo ver"**: a materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas, no século XIX. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CALDARELLI, S. B. (coord). **Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista**: SP 070 rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A, 2003.

FUMDHAM. **Relatório Anual de Atividades**, vol.1, 2007. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/colunas/Relatorio%20anual%202007.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2016.

GUIDON, N. **Parque Nacional Serra da Capivara**. 1. ed. Teresina: Alínea Produções, 1998.

PARENTI, F. et al. Sondagens na Lagoa do Quari, São Raimundo Nonato, Piauí: Campanha 2002. **FUMDHAMentos**, São Raimundo Nonato, n.3 p.129-145, 2003.

TOCCHETTO, F. B. et. al. **A faiança fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. 1 ed. Porto Alegre: unidade editorial/smc, 2001.

VIEIRA, B. V. F. **O sítio "Lagoa de São Vitor" sob a ótica da Arqueologia da Paisagem**: Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí). Monografia (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

História

Autores:
Ana Stela de Negreiros Oliveira
Nívia Paula Dias de Assis

A colonização da região Sudeste do Piauí ocorreu a partir do século XVII, com a chegada dos sertanistas provenientes do rio São Francisco, atingindo diretamente a então população nativa. É provável que se tratasse de remanescentes dos agricultores-ceramistas que ocuparam a região em períodos mais recuados. Para os povos sobreviventes, entretanto, restou somente buscar áreas de refúgio, e, ainda assim, posteriormente foram incomodados pelo processo de ampliação da área das fazendas de gado no século XVIII ou para integrarem-se ao processo colonial. No território correspondente ao atual Estado do Piauí, destaca-se a presença dos bandeirantes da Casa da Torre, a exemplo do sertanista Domingos Afonso Mafrense, cujas incursões pelo interior do Brasil lhe renderam a alcunha "Sertão", sendo considerado o ''descobridor e povoador'' da região do rio Piauí (OLIVEIRA, 2007).

O Sudeste do Piauí encontrava-se na rota dos dois pontos de irradiação da pecuária para o interior do Brasil, a corrente baiana e a pernambucana, assim como dos caminhos do gado do sertão para distribuição na Bahia e Minas Gerais. Entretanto, desde os primeiros períodos de ocupação histórica, os rios indicavam e formavam os caminhos dos colonizadores, sendo suas margens repovoadas pelas fazendas de gado. As lagoas e os olhos d'água podem ser considerados como pontos estratégicos para esse processo, por isso eram os preferidos e indicados para a instalação de fazendas. Esses mesmos espaços também foram ocupados pelas populações indígenas (VIEIRA, 2015).

A busca por tais atrativos hídricos esteve presente no imaginário colonial dos sertanistas, como também é percebida em representações cartográficas dos séculos XIX e XX. A partir de figuras nos mapas disponí-

veis, é possível verificar a existência de três lagoas representadas na região. Os documentos sugerem também que os nomes dados a elas nem sempre foram os mesmos. A imprecisão das denominações nos permite considerar que essas lagoas receberam nomes que variavam. Eram eles: Lagoa do Mato, Ibiraba, Dourada e Pimenteira (NEGREIROS, 2012).

MITO DA LAGOA DOURADA

O pesquisador Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros, em sua dissertação de mestrado "A Trilha da Morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815): Caracterização e Reconhecimento Arqueológico de um Território", aborda a questão do mito da Lagoa Dourada, indicando que a busca pela mitológica lagoa pode ter contribuído para o desbravamento do Sertão das Pimenteiras no fim do século XVIII, além da questão civilizatória e agrário-demográfica. O mito da Lagoa Dourada faz parte das narrativas fantásticas na linha do *El Dorado,* que ressalta sobre sítios no interior do Novo Mundo onde estariam armazenadas incontáveis riquezas. O mito do *El Dorado* atiçou a cobiça de muitos e a busca dessas riquezas estendeu-se desde o começo da colonização do Brasil até a contemporaneidade.

A tendência foi sempre buscar o *El Dorado* além das fronteiras civilizadas, no desconhecido e nos sertões, por conceitualmente representarem o ignoto, foram os espaços lógicos para abrigarem esses sítios fantásticos. De acordo com alguns autores, o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco também buscava encontrar a Lagoa Dourada enquanto comandou diversas campanhas contra os índios Pimenteira no Sudeste do Piauí.

Rômulo Negreiros afirma ainda que mesmo conhecendo-se os efeitos da motivação do tenente-coronel, não se pode afirmar que as ações de João do Rêgo no Sudeste do Piauí foram ou não induzidas pela busca da Lagoa Dourada. Porém, através da cartografia e do corpus mitológico das comunidades no Sudeste do Estado do Piauí, sabe-se que a Lagoa Dourada, abstratamente, ocupou e ocupa os domínios do Sertão das Pimenteiras.

Lagoas Ibiraba, Dourada e Pimenteira



Figura1: Mapa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará, 1816 (NEGREIROS,2012, p.19).

Lagoas do Mato, Ibiraba e Pimenteiras

Figura 2: Representação das três lagoas, com nomeação da L. Pimenteiras e da L. Ibiraba (BARTHOLOMEW,1922 apud NEGREIROS, 2012, p.20).



Lagoas do Mato, Dourado e Pimenteira



Figura 3: Representação e nomeação das três lagoas – Pimenteiras, Dourada e do Matto. (TOURING CLUB ITALIANO, 1929 apud NEGREIROS, 2012, p.21).

Povos indígenas

Os povos indígenas do Sudeste do Piauí que foram citados em documentos históricos e em relatos de cronistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX são os Acoroá, Acumê, Amoipira, Araiê, Coripó, Gueguê, Jaicó, Kamakã, Okren, Prassaniú, Tapacuá, Tamanquim, Xerente, Xikriabá e os Pimenteira - grupo mais citado na documentação até o século XIX (OLIVEIRA, 2007).

Esses povos estavam localizados em uma área entre o Centro-Sul do Piauí, Leste do Maranhão, Oeste da Bahia e Norte de Goiás-Tocantins. Podem ser identificadas especificamente três regiões distintas: cabeceiras do Rio Piauí, correspondente às cidades de Caracol e São Raimundo Nonato; Norte da Bahia, em especial na região que corresponde atualmente às cidades de Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco); e Sul do Piauí, na área correspondente à cidade de Parnaguá (OLIVEIRA, 2007).

Os Pimenteira foram os povos indígenas que viveram na região Sudeste do Piauí provavelmente do século XVIII ao XIX, e aparecem localizados entre os rios Piauí e Gurguéia. O grupo passou a ser denominado Pimenteira, nome do local onde se encontravam na segunda metade do século XVIII - o Sertão das Pimenteiras - e lá permaneceram por mais tempo.

Os conflitos entre colonizadores e povos indígenas nessa região duraram mais de 40 anos. Nos embates, destaca-se a utilização de armas diversas por parte dos Pimenteira, como o uso do arco e da flecha, algumas espécies de bordunas, como a cacheira e a cachaporra. Cita-se também o uso da taquara, instrumento utilizado em diversas situações de confronto, nas quais o grupo Pimenteira atacava o inimigo com *taquaradas*.

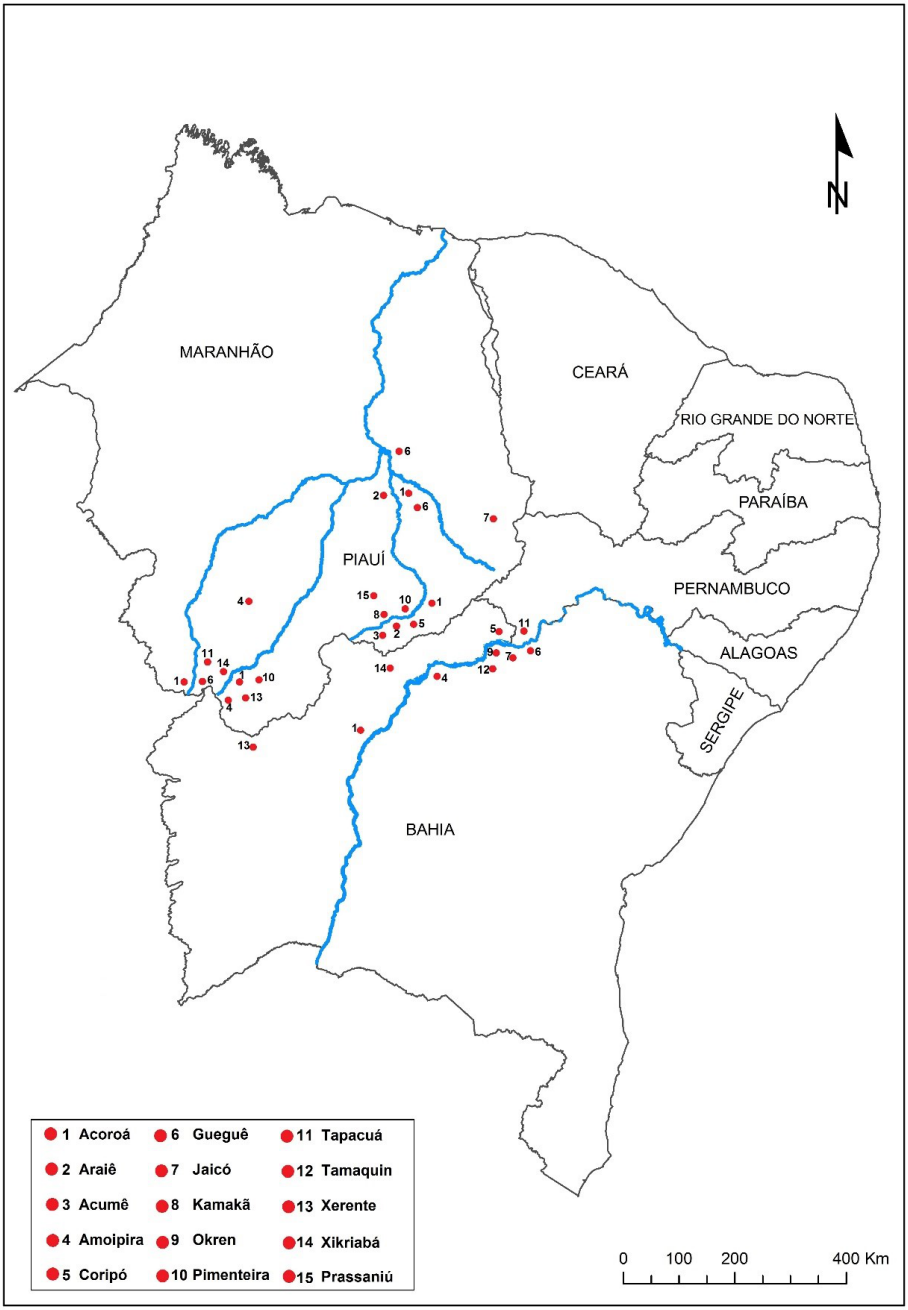


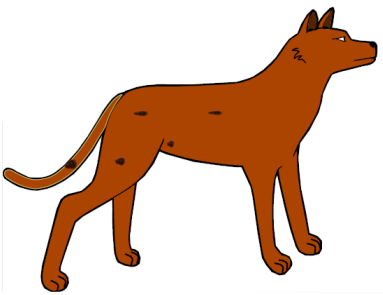
Figura 4: Povos indígenas do Sudeste do Piauí (Fonte: OLIVEIRA, 2007).

Tendo em vista que sua utilização está vinculada à confecção de flechas, acredita-se, pelos relatos nos documentos, que taquarada significasse ataque de flechas. Foram encontradas flechas grandes com pontas de ferro em uma das aldeias abandonadas. Utilizavam também instrumentos cortantes, sendo relatado que em determinado confronto cortaram dois dedos e deram uma cutilada pelo ombro abaixo ao pé do espinhaço de uma vítima (NEGREIROS, 2012).

Sabe-se muito pouco sobre o cotidiano dos Pimenteira. Nos registros documentais disponíveis, as moradias de suas aldeias foram descritas como ranchos, ao "modo dos brancos", sem muitas especificações, apenas informando-se que as casas eram cobertas com cascas de pau e limpas. No local encontraram pinturas de mulheres com saias, chiqueiro de porcos domésticos, dentre outros elementos que geraram na tropa a desconfiança de que os indígenas poderiam ter feito trocas com cristãos, devido às ferramentas e flechas de fisga de ferro observadas (OLIVEIRA, 2007).

Os Pimenteira também foram considerados pelos colonizadores como caboclos, no sentido de já terem adotado diversos hábitos e costumes dos católicos, como o modelo das casas e o fato de os colonizadores terem encontrado, nas aldeias, contas de rezar e imagens relacionadas à religião católica. Pela característica da cultura material encontrada, o contato com o branco havia provocado mudanças no grupo, incorporando novos valores e modos de vida (OLIVEIRA, 2007).





Em decorrência do interesse do governo colonial na ampliação da área das fazendas de gado na capitania do Piauí, estabeleceu-se nessa região um período de guerra, que durou desde a segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XIX. No quadro de conflitos e resistências ocorridos, destaca-se que a tropa enviada pelo governo para combater os Pimenteira não compreendia a língua falada pelo grupo. Assim, sempre que algum nativo era feito prisioneiro, as tropas coloniais buscavam utilizá-lo como intérprete para ajudar no processo de dominação.

É interessante destacar uma tentativa de contato ocorrida em 1811, onde duas índias foram enviadas para tentar convencer o restante do grupo a estabelecer um encontro com os colonizadores, no lugar chamado Tamanduá (hoje município de Anísio de Abreu). Caso não conseguissem chegar na data combinada, o comandante estaria esperando no lugar chamado Conceição, para onde deveriam seguir as índias com o restante do grupo. As índias Pimenteira retornaram depois de alguns dias, trazendo mais cinco índias e uma criança. Dentre essas mulheres existia uma que se destacava, tida no grupo como a Principal. Atuando como mensageiras, elas prometeram buscar o restante do grupo para selar a paz.

O encontro foi marcado no lugar chamado "Tau Tau", na língua dos índios, também conhecido pela tropa como Morro Pão de Açúcar, como é chamado até hoje (localizado na divisa dos municípios de Bonfim do Piauí e Várzea Branca). Ainda de acordo com a documentação, um negro, que depois seria remetido preso para ser castigado em Oeiras, atrapalhou os planos: "foi entrar demônio em um negro", convidando as índias a fugir para Parnaguá ou para a região do São Francisco, dizendo que os brancos só queriam prender e matar seus parentes. É interessante observar, nesse caso, a figura do negro desestruturando as relações entre José Dias e as índias Pimenteira. Sem

sucesso, o comandante e sua tropa retornaram ao Presídio da Onça (OLIVEIRA, 2007).



Figura 5: Representação do encontro entre as índias e os colonizadores (Ilustração: Diego Souza, 2016).

Durante esse estado de guerra, observa-se também atos de resistência dos povos indígenas, que passaram a atacar algumas fazendas. Tudo leva a crer que praticavam inclusive saques durante esses momentos, pois houve relatos de roubo de gado nas fazendas Conceição e Aldeia, como também roubo de material de trabalho, principalmente os que eram confeccionados com ferro – por exemplo: enxadas, machados, ferragem de sela, ferro, de ferrar e tudo mais que acharam (NEGREIROS, 2012).

O fato de as fazendas abrigarem um escasso número de trabalhadores, geralmente três ou quatro, dificultava a defesa dos mo-

radores em caso de ataque. Uma estratégia utilizada pelos fazendeiros para receber ajuda do governador era ameaçar que abandonariam as fazendas, sendo que muitas foram despovoadas no decorrer dos séculos XVIII e XIX.

Fazendas

As fazendas foram fundamentais na ocupação do espaço piauiense no período colonial, sendo que, desde 1697, vinte anos após a entrada da Casa da Torre no sertão do Piauí, havia sido constatada a existência de 129 fazendas de gado e 153 sítios às margens dos rios e lagoas, com uma sociedade, de certa forma, organizada. Nesse período, às margens do rio Piauí, existiam 21 fazendas com 74 habitantes (OLIVEIRA, 2007).

Em 1711, após a morte de Domingos Afonso Mafrense, um dos primeiros sesmeiros no território do Piauí, deu-se a conhecer que ele havia instituído em testamento todas as terras e gados que possuía no Piauí para serem administradas pelo reitor do Colégio Jesuíta da Bahia.

Os padres jesuítas, logo no mesmo ano da morte de Domingos Afonso Mafrense, tomaram posse das fazendas, sendo o primeiro administrador o padre Manuel da Costa. Em tais fazendas, em 1739, já havia cerca de 30.000 cabeças de gado vacum e 164 trabalhadores. Quando foram incorporadas à Coroa, algumas fazendas estavam repartidas em sítios ou arrendadas a particulares. Os padres compraram outras fazendas e exerceram grande influência na região; aproveitando-se do trabalho de cerca de 700 escravos, entre negros e índios domesticados (COSTA, 2015). Em 1739, trabalhavam nessas fazendas aproximadamente 164 pessoas, e em 1743 registraram-se 170 trabalhadores (MELO, 1991).

Na segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, as antigas fazendas de Domingos Afonso Sertão passaram para a Real administração, sendo denominadas Fazendas do

Fisco ou Fazendas do Real Fisco. Após a proclamação da Independência, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo imperial, passando de Fazendas do Fisco a Fazendas Nacionais. Quando incorporadas ao patrimônio da Coroa Portuguesa, em 1759, foram divididas em três inspeções: Canindé, Nazaré e Piauí, tendo cada uma sua sede, chamada de residência, onde morava o administrador responsável por aquela inspeção, o qual era enviado de Portugal e pago pelo erário real. Para cada fazenda foi nomeado um criador (LIMA, 2005).

A inspeção de Canindé situava-se ao longo do rio Canindé, sendo composta pelas seguintes fazendas: Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. A inspeção de Nazaré estava situada ao longo do rio Parnaíba, e era composta pelas seguintes fazendas: Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagoa de São João, Olho d'água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Catarens. Por sua vez, a inspeção Piauí estava localizada às margens do rio Piauí, e era constituída pelas fazendas: Salinas, Brejinho, Grande, Boqueirão, Gameleira, Cachê, Serra, Cachoeira, Espinhos e Julião (LIMA, 2005). Acredita-se que, provavelmente, a residência da inspeção do Piauí estava localizada no atual município de Pajeú do Piauí e a residência da inspeção do Canindé tinha sede no atual município de Santo Inácio do Piauí.

Com a saída das fazendas da administração da Companhia de Jesus, ficou evidente a desorganização de sua administração, especialmente nas da residência do Piauí, onde ocorreram diversas denúncias de violência, assassinatos, disputas de terras e até raptos de mulheres (OLIVEIRA, 2007).

Entre o final do século XVII e a metade do século XVIII ocorreu um aumento significativo da população do Piauí. Em 1697, o número de moradores das fazendas era de 438 pessoas; e em 1762 o número de

pessoas correspondia a 12.744 habitantes (BRANDÃO, 1999). Logo, tais fatos levam a crer que aumentou a disputa pela terra e a intensificação do processo de "limpeza do território", que consistia na tentativa de extermínio dos povos nativos. Consequentemente, os grupos indígenas que ainda se encontravam no Piauí tiveram a sua situação ainda mais complicada com o aumento da violência.

A partir do século XVIII, a concentração de terras foi responsável por inúmeros conflitos entre sesmeiros que não viviam nas fazendas e posseiros que trabalhavam e viviam na terra. Principalmente na parte burocrática, a disputa tornou-se mais acirrada, haja vista que a Casa da Torre e os outros ricos sesmeiros que residiam no litoral fizeram de seus procuradores que residiam no Piauí homens poderosos, com cargos de capitão-mor, outorgando-lhes lei e autoridade.

Fazenda São Victor

As primeiras fazendas localizadas no Sudeste do Piauí, no século XVIII, foram Fazenda Conceição e Sítio da Aldeia, localizadas na região das nascentes do rio Piauí, e Fazenda São Victor, localizada nas imediações da Lagoa de São Vitor. Como também as Fazendas Alagoa Verde, Almas e Onça, localizadas na região do atual município de Coronel José Dias. São identificadas ainda as fazendas Poço, Santo Antônio, São João, São Lourenço e Cavaleiro.

De maneira geral, as fazendas do Piauí Colonial eram compostas basicamente pelas residências, pelos currais, por estruturas para armazenamento d'água e pelos roçados de subsistência. As residências eram de planta retangular, construídas de taipa de mão ou adobe, sustentadas às vezes por baldrames de pedra, com pisos de barro batido ou atijoladas e cobertas com palha ou telhas de alvenaria. Os currais [cercados], locais onde o gado era colocado para ser vendido, tratado,

ordenado, marcado, etc., eram feitos de pedra ou troncos de madeira. (NEGREIROS, 2012).

O mais antigo registro histórico da Fazenda São Victor data de 1770. Durante esse período, a fazenda Sítio da Aldeia foi atacada pelos Pimenteira, ocorrendo inclusive a morte do seu proprietário Faustino Pereira, o restante da família fugiu e buscou abrigo na Fazenda São Victor (OLIVEIRA, 2007).

A Fazenda Conceição, em 1766, tinha por proprietário João Leite, irmão do padre jesuíta João Sampaio; a Fazenda Sítio da Aldeia, em 1766 pertencia a Faustino Pereira; e a Fazenda São Victor, por sua vez, não possuía titularidade discriminada no período de 1770 a 1809. Em 1809, esta última constava na lista daquelas que tinham sido abandonadas em decorrência dos ataques dos índios.

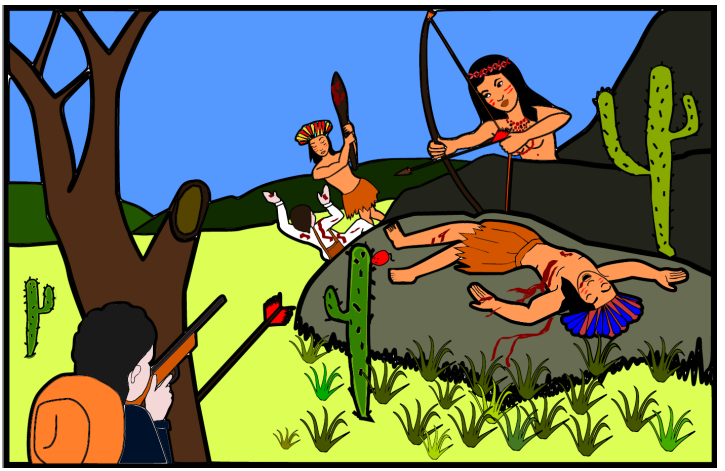


Figura 6: Representação dos conflitos entre indígenas e colonizadores (Ilustração: Diego Souza, 2016).

Nesse mesmo ano, o Governo ordenou a reocupação de várias fazendas abandonadas, incluindo as Fazendas: São Lourenço, Almas, São Victor, Tambor, Vereda, Onça, Curimatá, Santo Antônio, Conceição, Sítio da Aldeia, Poço das Ribeiras, São João, Caiçara, Cavaleiro, Volta, Riacho, Deserto, Caraíbas e Boa Vista. Alguns dos antigos proprietários

já moravam na região do São Francisco, fugindo de ataques dos Pimenteira (OLIVEIRA, 2007).

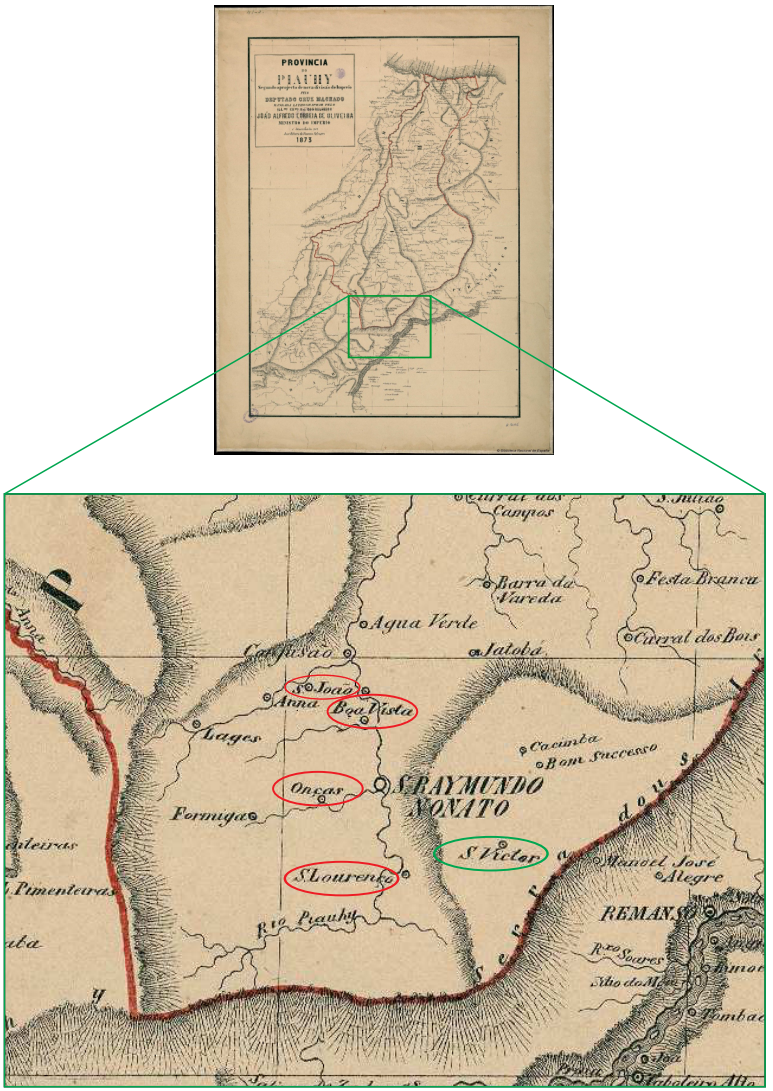


Figura 7: **Mapa da Provincia do Piauhy** (1875). Em destaque a delimitação da região onde estava localizada a Fazenda São Victor.

Inúmeras foram as fazendas agropecuárias existentes na região de São Raimundo Nonato. Fazendas como: São Victor, Fazenda Tigre, Queimadas, Várzea Grande, Água Verde, Massapê, Caldeirão, São Lou-

renço, Curral Novo, entre outras. Muitas dessas se desenvolveram demograficamente e delas se originaram cidades e povoados, como a fazenda São Lourenço, hoje município de São Lourenço, ou o povoado sanraimundense Lagoa de São Vitor, que a princípio seria uma fazenda de mesmo nome, localizada na margem esquerda do riacho São Lourenço (NEGREIROS, 2012).

O estabelecimento da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras) ocasionou uma nova regulamentação fundiária no Brasil. A partir de então, coube aos proprietários de terras declararem suas posses, bem como ocupa-las e torna-las produtivas. A Fazenda São Victor era uma grande propriedade escravista na região Sudeste do Piauí, na qual predominava o manejo com o gado bovino, o cultivo de feijão, mandioca e milho.

No registro eclesiástico das terras da Freguesia de São Raimundo Nonato, do ano de 1855 (existente no Arquivo Público do Piauí), observa-se que a Fazenda São Victor estava dividida entre dois donos: José Antunes Piauhylino de Macêdo e Manoel José Ruben de Macêdo.





Figuras 8 e 9: Retratos de José Antunes Piauhylino de Macedo e de Manoel José Ruben de Macedo (Acervo da família Ruben de Macêdo).

Por ainda ser menor de idade naquela época, Manoel José Ruben de Macêdo era representado por seu tutor João de Macêdo Peixoto. Os dois fazendeiros possuíam oficialmente, cada um, uma porção de terras de cerca de três léguas de comprimento por três léguas de largura, tendo ambos adquirindo-as por herança. Essas afirmações, realizadas no contexto das declarações exigidas pela Lei de Terras, mencionavam a transmissão das propriedades herdadas através de inventário realizado em 1844.

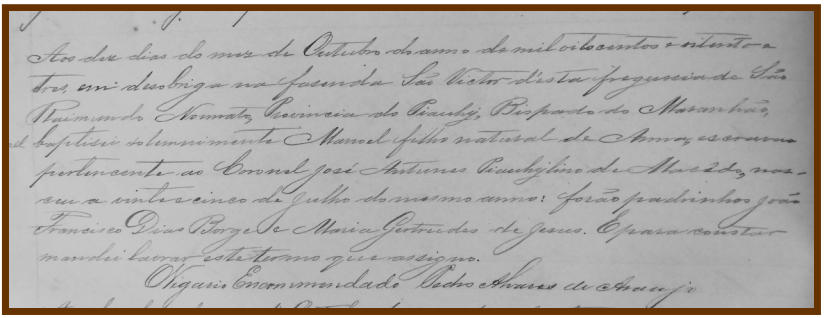
Sertão escravista

A primeira mão de obra utilizada na capitania do Piauí, tal como ocorreu predominantemente em toda a colônia, foi a indígena. Entretanto, a partir das *Instruções Régias, Públicas e Secretas* publicadas pelo capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), ficou instituída a abolição da escravidão dos indígenas e a substituição pelo escravo negro. No primeiro censo oficialmente realizado na capitania do Piauí, pelo seu governador João Pereira Caldas, em 1762, os indígenas já não foram mais apresentados como ‘‘escravos’’, mas como ‘‘aldeados’’. Nesse processo, os “escravos índios” teriam “desaparecido oficialmente”, e, progressivamente, mais negros foram sendo destinados a desenvolver trabalhos compulsórios, tais como a criação de gado; a produção da carne charqueada com o sal; a implantação do cultivo de algodão nas regiões mais úmidas; o desenvolvimento do cultivo do fumo; a implementação da produção do açúcar mascavo e ainda a introdução do arroz na região (KNOX, 1995).



Figura 10: Representação iconográfica rara do cotidiano de senhores e escravos no Piauí. "*Sertanejo em viagem pelo Piauí*". 1846. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br//acervo/handle/123456789/23711

BATISMO DE FILHO DE ESCRAVA DO CORONEL PIAUHYLINO



Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil oitocentos e oitenta e três, em desobriga na fazenda São Victor desta Freguesia de São Raimundo Nonato, província do Piauí Bispado do Maranhão, batizei solenemente Manoel filho natural de Anna, escrava pertencente ao Coronel José Antunes Piauhylino Macêdo, nasceu a vinte e cinco de julho do mesmo ano; foram padrinhos João Francisco Dias Borges e Maria Gertrudes de Jesus. E para constar mandei lavrar este termo que assino.

Vigário Encomendado Pedro Alvares de Araujo.

LIVRO de Batizados de meninos filhos de escravos- 1872-1888.

Em estudo realizado sobre as relações familiares entre os escravos no sertão do Piauí, mais especificamente em São Raimundo Nonato, Deborah Silva (2013) apresenta um panorama com o número de escravos ao longo do século XIX: em 1822 eram 1.247 escravos (CHAVES, 1998 apud SILVA, 2013); em 1872, de acordo com o Recenseamento Geral do Império, existiam pouco mais de 500; já no intervalo de tempo entre 1840 e 1886, a partir de uma amostragem parcial de inventários *post-mortem*, identificou ainda um total de 280 escravos, entre homens, mulheres, crianças e idosos.

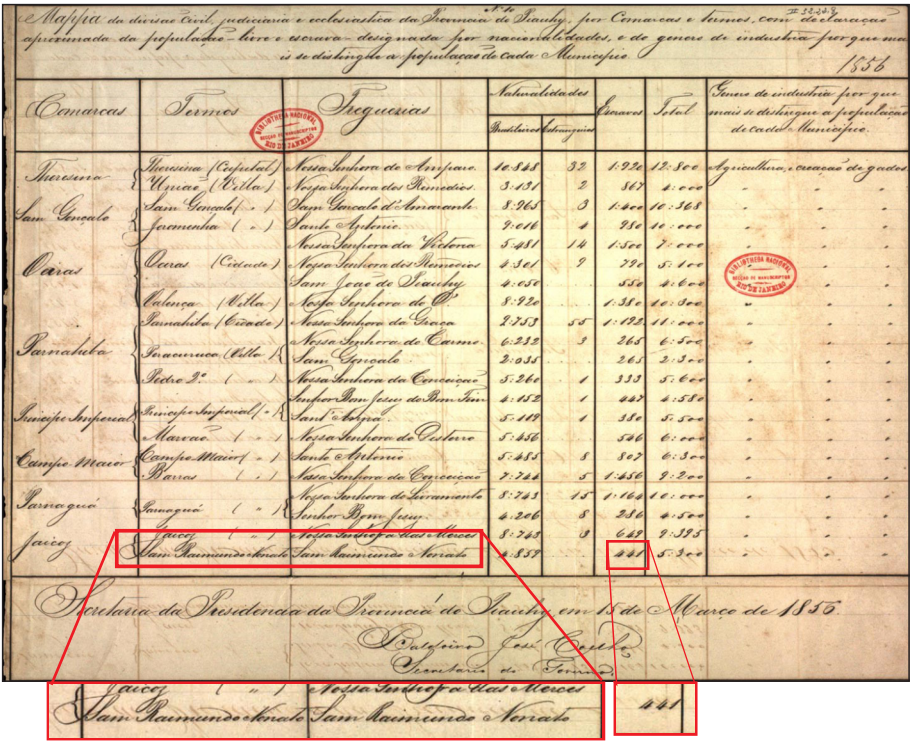


Figura 11: Levantamento demográfico da Província do Piauhy (1856), com cerca de 441 escravos na Freguesia de São Raimundo Nonato. MAPPA da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província do Piauí, com declaração aproximada da população livre e escrava. Piauí: [s.n.], 1856. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg>. Acesso em: 20/12/2016.

Sobre a situação dos trabalhadores negros da Província após a libertação dos escravos, "*a nova condição jurídica legou quase nada além da liberdade"*, pois a maioria permaneceu onde sempre esteve: seguiram na labuta dos serviços e tarefas nas fazendas, sem mudanças significativas nas suas condições de trabalho e vida (LIMA, 2016).

Nesse contexto, na medida em que a população livre crescia aceleradamente durante o século XIX, iniciava-se também a tentativa de transformação dos homens livres em trabalhadores, pressionando-os, por meio de estratégias sociais do próprio Estado, à condição de agregado ou morador. Estes teriam o direito à moradia, passando a desenvolver a agricultura de subsistência, mas deveriam se disponibilizar para os trabalhos (remunerados ou em parcerias) voltados às necessidades dos fazendeiros. Logo, continuava ocorrendo o controle das posses, com o fortalecimento do mandonismo (LIMA, 2016).

Nos últimos anos, a área que outrora compunha a Fazenda São Victor vem sendo alvo de estudos antropológicos, sob a perspectiva social de reconhecimento de terras coletivas atribuídas por direito aos descendentes dos povos escravizados nessa região, durante o século XIX. A localidade é atualmente habitada por mestiços, cuja memória e a história local remetem a períodos em que seus antepassados foram injustiçados no que diz respeito ao acesso à terra e ao exercício das suas práticas culturais.

> Registra-se como primeiro marco tradicional da região do agora tido como Território Quilombola Lagoas a sede da Fazenda São Victor, hoje, um povoado, que traz marcas dos antigos currais, em si mesmo e em seus arredores. As casas dos povos descendentes de escravizado/as bem como as marcas da senzala, são incorporadas ao povoado onde, hoje, moradores/as vivem de pequenos comércios, apicultura e da agricultura (roçados e cri-

> ação de animais). Também pertencente à região de São Victor estão as ruínas de casas de fazendas, como a residência da chamada Senhora Quitéria, segunda esposa do proprietário da Fazenda São Victor, Comendador Piauylino, o qual, após a morte da primeira esposa, Senhora Maria José, em meados do século XVIII, casou-se com Quitéria (MATOS, 2013, p.45).

As famílias do Território Quilombola Lagoas se autodenominam pretos e caboclos, alegando terem suas histórias ligadas ao "povo do cativeiro", aos descendentes de escravos. Tal área é composta por aproximadamente 118 comunidades, que possuem relações sociais interdependentes e laços históricos fortalecidos pelas relações de convivência social e cultural. O delineamento da mesma se deu a partir do cruzamento de relatos orais e registros documentais, e coincidiu com muitos lugares que anteriormente pertenciam à antiga Fazenda São Victor. Por fim, é significativo saber que se trata de famílias com ancestralidade indígena e negra, como também brancos empobrecidos ou descendentes de vaqueiros que, ainda no final do Brasil Império para o Início da República, foram se estabelecendo na região (OLIVEIRA, 2010).

Referências

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: EDUFPI, 1999.

CHAVES, J. O índio no solo piauiense. In: **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, F. A. P. da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Teresina: Ed. da Academia Piauiense de Letras, 2015.

GUERRA, A. Teixeira. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

KNOX, M. B. **Escravos do sertão.** Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

LIMA, S. de O. **Braço forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, S. O. **Fazenda:** pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016.

MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s.ed.], 1991.

NEGREIROS, R. M. B. de. **A Trilha da Morte no Sertão das Pimenteiras- PI (1769-1815):** caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

NUNES, O. **Pesquisas para história do Piauí**.Teresina: FUNDAPI/Fund. Monsenhor Chaves, 2007. Vol. 1.

OLIVEIRA, A. S. de N. **Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

OLIVEIRA, S.M. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola:** uma etnografia. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2013.

OLIVEIRA, S.M; SOUSA, M. S. R. **Relatório Antropológico do Território Lagoas** *In* **RTID.** Texto apresentado ao INCRA-PI: Teresina, 2010.

RIBEIRO, M. B. D. **Néfirmo, uma vida**:o homem no seu tempo. Salvador: Ed. do Autor, 1996.

SILVA, D. G. **Arranjos de sobrevivência**: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888). Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.SPIX, J.B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

VIEIRA, B. V. F. **O sítio "Lagoa de São Vítor" sob a ótica da Arqueologia da Paisagem:** Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí). Monografia (Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

Fontes Documentais

CARVALHO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmº e Rmº Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco por Pe. Miguel de Carvalho, datada de Piauí, 02 de março de 1697. In: ENNES, Ernesto. **A guerra nos Palmares** (subsídios para a sua história). Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1689-1709. São Paulo: Nacional, 1938. (Brasiliana). v. 1.

FERDINAND, D. **Sertanejo en voyage dans le Piauihy**. 1846. 1 ilustração. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br//acervo/handle/123456789/237, acessado em 20/12/2016.

MAPPA da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província do Piauí, por comarcas e termos, com declaração aproximada da população - livre e escrava - designada por nacionalidades, e do genero de industria por que mais se distingue a população de cada Município. Piauí: [s.n.]1856. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg, acessado em 20/12/2016.

PIAUÍ. **Registro Eclesiástico de São Raimundo Nonato**. Sala do Poder Judiciário, Arquivo Público do Estado do Piauí.1855. pp.41, 53, v., 54.

PROVINCIA DO PIAUHY: Segundo projecto de nova divisão do Imperio pelo Deputado Cruz Machado, mandada lithographar pelo Ilmo. Exmo. Sñr Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira Ministro do Imperio e desenhada por José Ribeiro da Fonseca Silvares, 1873; A. P. de Siqueira, 1875. Fonte: Arquivo do Exército Brasileiro. Disponível em: http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000018703, acessado em 23/11/2016.

SERTÃO, Domingos Affonso. Testamento de Domingos Affonso. Descobridor do Piauí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XX, p. 140-150, Rio de Janeiro, 1867.



Memórias

Autores:
Nívia Paula Dias de Assis
Adonias Antonio Galvão Neto
Bruno Vitor de Farias Vieira
Henrique José Neri
Andrelino Alves de Miranda
Manoel Messias Neri Santiago
Maria Izabel dos Santos
Maria José de Jesus
Júlio Paes de Castro

Memórias na Lagoa de São Vitor

Na localidade Lagoa de São Vitor, assim como em grande parte do mundo rural, onde as comunidades ainda demonstram especial atenção à tradição oral, é comum que seus habitantes relatem suas experimentações de mundo por meio de narrativas históricas e de memória. Conforme sugeriu a antropóloga Emília P. Godoi (1999), o traço mais significativo da memória coletiva de um povo é justamente a organização ativa das suas experiências vividas. Nesse sentido, apresenta-se aqui um conjunto de informações cujos temas são ressaltados pelos protagonistas sociais da comunidade e sistematizados de acordo com as interpretações que os mesmos fazem sobre o "seu próprio lugar".

Esses relatos permitem uma construção de conhecimento diversa e peculiar do lugar, que é pautada na própria observação da natureza e fundamenta-se na "autoridade de fala" dos habitantes mais antigos. Tal processo também vem sendo complementado ao longo de gerações e foi demonstrado nas entrevistas realizadas no ano de 2013 no âmbito do Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular (ASSIS, 2013).

Considerações Iniciais

Andrelino Alves de Miranda
"Isso aqui é pra nós fazer o turismo crescer aqui na região, além de São Raimundo, aqui no São Vitor indica que foi um dos primeiros lugares a ser visitados como turismo. Só que com a tecnologia que aumentou, que cresceu, eles mudaram pra Serra da Capivara. Mas quando eles vinham de São Raimundo pra São Vitor, não se lembrava de Serra da Ca -

pivara, não se falava. Falavam da grande Pedra do São Vitor, algo que esses ossos... sei nem de quê, hoje eles falam de preguiça gigante, dinossauro[1], tatu gigante, e tal; mas eles vinham de São Raimundo Nonato e região para São Vitor".

''Fico muito honrado de vocês escreverem esse livro, em homenagem a principalmente nós, de São Vitor, ou seja, resgatar uma cultura que teve muito valor. Então, pra mim vocês podem fazer, eu fico satisfeito..."

"Eu acredito que vamos encontrar muitos jovens que querem fazer essa história, contar essa história, dessa pedra, Pedra de São Vitor; trazer essa história na internet... Seria descobrir o São Vitor que já foi".

Manoel Messias Neri Santiago

"A partir dos mais velhos, do tempo antigo, pois é... Pode fazer o livrinho que é como eu já disse: comi croatá, comi mucunã, comi raiz de umbuzeiro, comi anaro, comi todo bicho. No tempo da pobreza, hoje não...

Notas Autobiográficas

Andrelino Alves de Miranda

"Eu, trabalhador rural – eu sou o que sou, e não tenho vergonha de dizer isso onde eu estiver; sou honrado, é a profissão que eu tenho, trabalhador rural, e não sei escrever livro, não aprendi, mas graças a Deus hoje estão vocês aí''.

Henrique José Neri

"Eu comecei a morar aqui em 1942, eu tinha 7 anos... não, 5 anos; essa lagoa ali, no local onde é o 'bojo' dela, ela era toda... uma fonte muito profunda, e os animais entravam, nadavam até do outro lado, voltava... brincavam dentro os animais, como se fossem gente".

Manoel Messias Neri Santiago

"Eu nasci e me criei lá no Espinheiro, na Fartura. (...) Tá com nove ou dez anos que eu moro aqui. Mas, só que tá ruim porque secou, eu nunca tinha visto essa lagoa seca; e esse ano, esses dois últimos anos tá seca".

1 É comum no imaginário popular a idéia de que os fósseis de mamíferos da megafauna encontrados na lagoa de São Vitor são de dinossauros. Porém, não foram encontrados vestígio desses animais na região.

São Vitor é “Seu Povo”!



Manoel Messias Neri Santiago
(Nascimento: 08/12/1930)



Maria Izabel dos Santos
(Nascimento: 28/09/1930)



Júlio Paes de Castro
(Nascimento: 21/07/1958)



Maria José de Jesus Miranda
(Nascimento: 30/07/1936)



Henrique José Neri
(Nascimento: 15/07/1937)



Andrelino Alves de Miranda
(Nascimento: 29/11/1949)

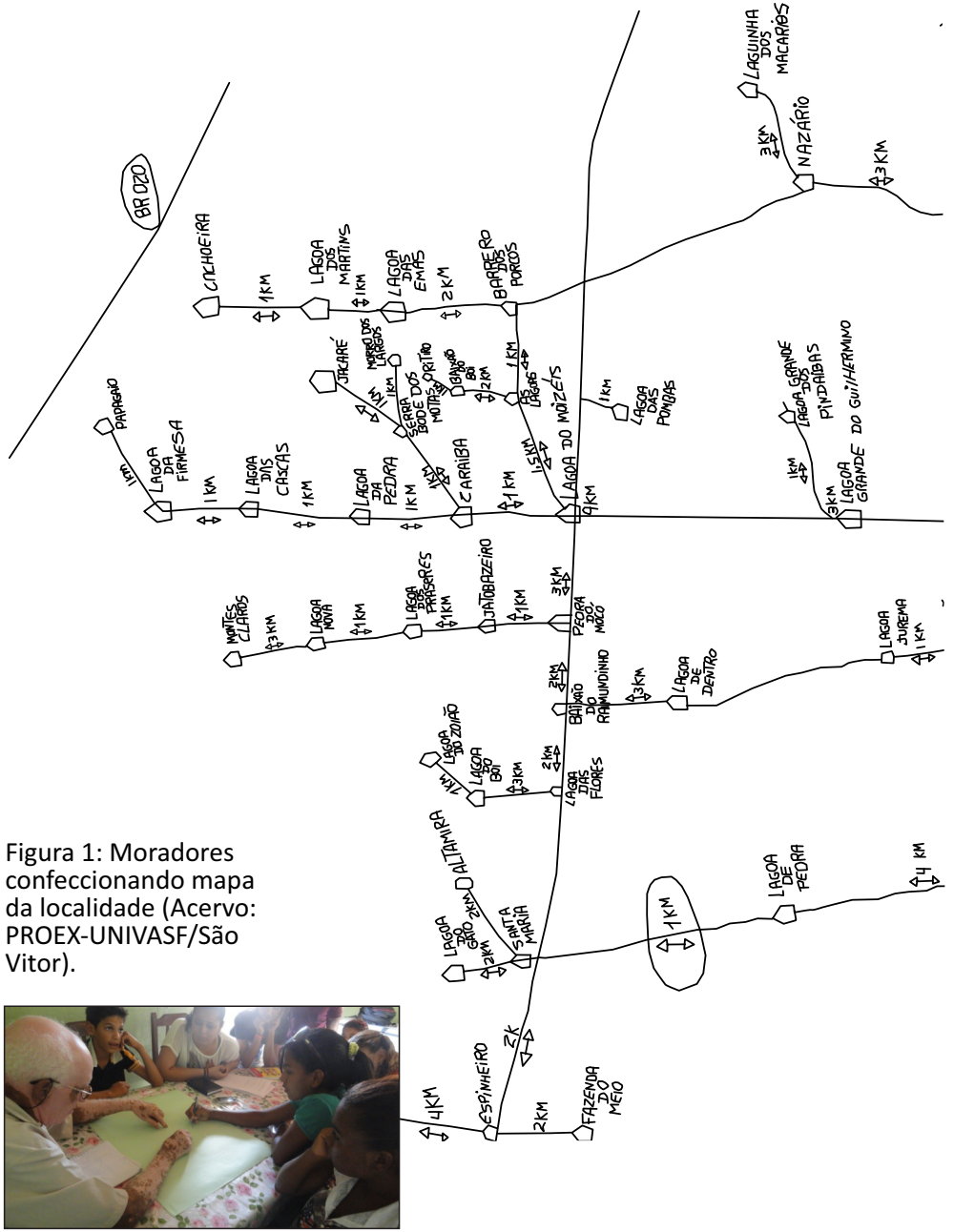


Figura 1: Moradores confeccionando mapa da localidade (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor).

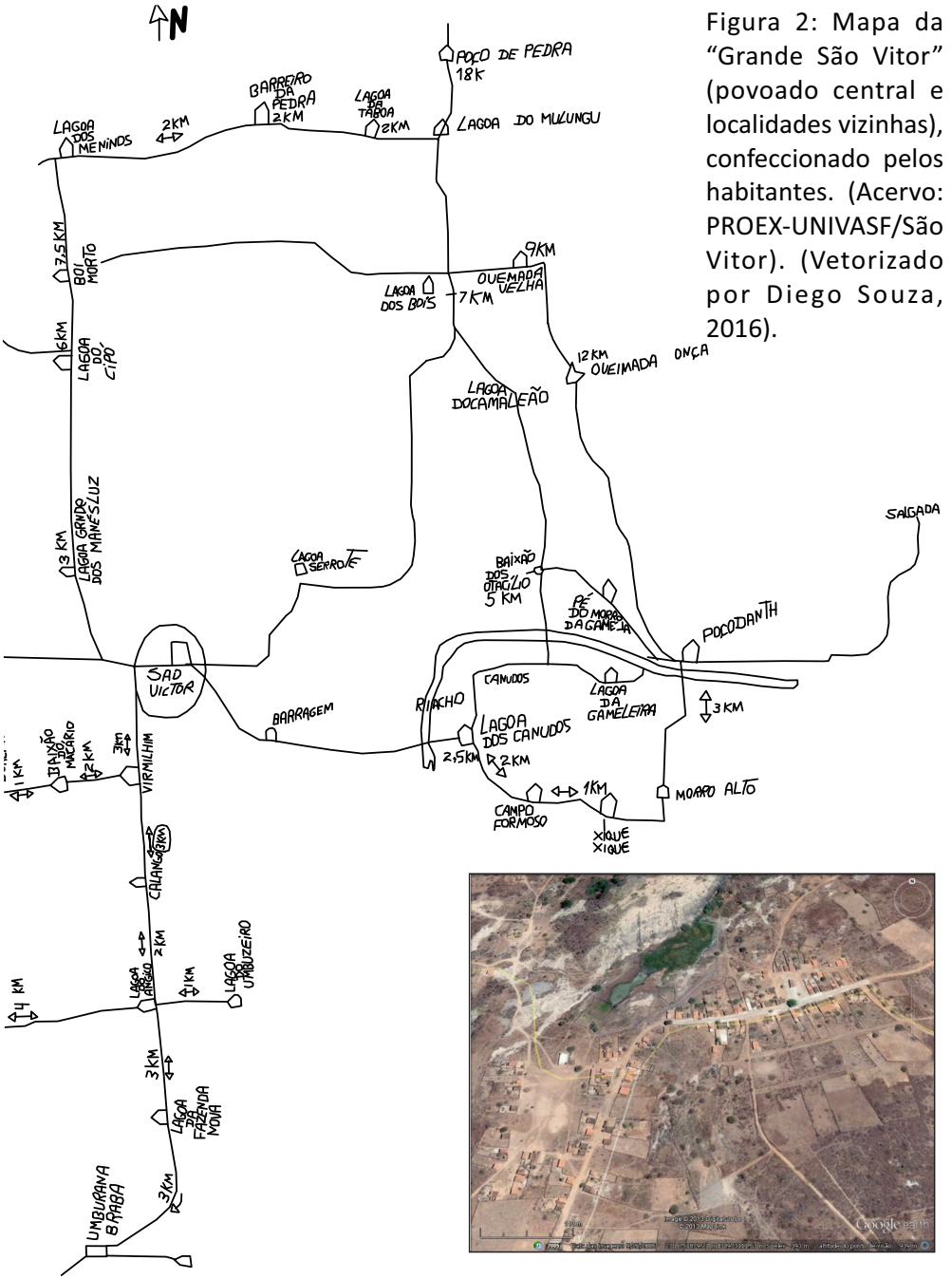


Figura 2: Mapa da "Grande São Vitor" (povoado central e localidades vizinhas), confeccionado pelos habitantes. (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor). (Vetorizado por Diego Souza, 2016).

Figura 3: Imagem de satélite da localidade Lagoa de São Vitor (Fonte: Google Earth,

A Lagoa

Manoel Messias Neri Santiago
"Eu já vi ela cheia. Quando eu morava no Espinheiro, muitas vezes nós vinha dar água aos bichos aqui, apanhar água pra beber, daqui 3 léguas; o jumentinho, as cabacinhas, e eu vi ela cheia muitas vezes".

Maria José de Jesus Miranda
"Mas era muito linda essa lagoa, quando era cheia d'água... quando era tempo de minação, nós ia, enchia as vasilhinhas no instante, as cacimbinhas, um pouquinho assim, ai cavava, quando ela estava entupida tirava aquela laminha, elas já vinham aquelas minaçãozinhas, tudo as veinhas, chega soberbando de água. Era uma beleza de água. Mas a lagoa, outra hora, era uma lagoa! Nós bebia tudo de lá, água de minação, água que qualquer uma pessoa podia chegar na casa e beber que a água era boa toda. Hoje em dia, tá ai no casco, esperando pela divindade de Jesus Cristo..."

Henrique José Neri
"Quando eu vi a primeira vez a lagoa seca... os vaqueiros antigos: meu pai; era o Fernandes, que é o pai do Andrelino; era ali o Zeferino; era o Bernardino, e todos eram moradores aqui, nós chegava... aquele bojo secou, ai cercaram ele. Depois de cercado fizeram um bebedouro; botaram um cocho, de comprido, uma banda de pau de rato – eles racharam o pau de rato, botaram - emendaram uma com a outra de lá, e ficava três pessoas lá do bojo; um pegava a lata d'água lá no fundo, subia dois degraus, passava pro outro; e o outro recebia e botava pra despejar na cocheira".

Júlio Paes de Castro
"Conheci muita coisa bonita ai detrás dessa pedra, apesar de que hoje esteja tudo acabado; a natureza, o tempo, destruiu muito. Naquele tempo existia... eu cansei de ver muita pomba verdadeira, juriti, pomba rolinha tinha demais, aqui nessa pedra; hoje não existe nem cimento. Muita água existia também nessa pedra, e hoje só tem o barro rachado, como vocês viram aí, não existe mais água, nunca mais choveu".

Maria Izabel dos Santos
"Elas [raposas] bebiam na lagoa! eu tinha muito medo... tinha e tenho.

Agora parece que não tem mais não, vi um morrer que a raposa pegou na batata da perna dele".

Henrique José Neri
"Isso já foi agora, há poucos anos. Na base de 80 [1980], por aí assim... Aqui chegou um pessoal do projeto do Instituto Butantã e esse pessoal fez um... uma palestra com nós aqui do São Vitor e aí nós fomos aqui pro colégio com esse pessoal, do Emater, veio o pessoal do Colégio Sertanejo, que naquele tempo eu era secretário da cooperativa do... lá do Colégio Sertanejo. Nós fizemos esta reunião aqui, e aí tinha uma moça do Instituto Butantã que falou comigo se eu não queria fazer um compromisso de mandar cobra pra lá pro Instituto e eles mandarem de lá o soro antiofídico e antibotrópico pra aplicar (...) nas pessoas mordidas de cobra.

Eu falei que ia fazer com todo entusiasmo, aí eles me entregaram várias caixinhas, assim [demonstra] quadradinhas, de madeira, coberta por cima, parafusada e uma frestinha, assim [demonstra] estreita, pra quando se botasse a cobra e a cobra enrolasse dentro, a gente tampava com a tabinha alí e acochava os parafuso e mandava. E aí eu peguei aqui um grupo – da primeira vez que eu mandei foi um grupo – parece que era umas seis ou oito caixa, parece. Aí eu fui levar na rodoviária pra encaminhar pra o Instituto Butantã. Quando cheguei lá o motorista do ônibus desce do ônibus e diz assim: 'Não, não carrega bicho vivo, serpente muito pior'.

Aí o Padre Lira Parente, de Dom Inocêncio [município vizinho], tava lá e viu, aí ele disse: 'Venha cá, Henrique. Eu vou me encarregar de levar suas cobra'. Botou no carro dele, levou pra Fundação, da Fundação foi pra São Paulo e deixou lá. Essas cobras, quando o Instituto Butantã veio tomar conhecimento que elas estavam na rodoviária de São Paulo, tava com trinta dias. Chegaram lá e as bichinhas tavam viva, com a mesma ferocidade. (...) Eles me mandaram uma caixa de soro, da primeira vez, eu distribuía pro hospital, quando chegavam, pra o Bonfim [município vizinho], pra Fartura [município vizinho] quando precisava e aqui quando uma cobra picava um pessoa eu ia aplicar o soro".

Júlio Paes de Castro
"Aí existiu muitos ossos, demais, nesse tempo tinha osso grande

mesmo. Tinha osso horrível, da largura desse banco aí [aponta para o banco da praça]; as mulheres até no tempo atrás, antes de mim, eu ouvi dizer que chegaram a lavar roupa em cima da pá dum bicho aí, dum elemento que não sabe o que é..."

Maria José de Jesus Miranda
[As lavadeiras] Lavavam na lagoa! Já tinha o Jatobá e o girauzim de cada quem, um lavadorzim.

Ossos ou pedras?

Manoel Messias Neri Santiago
"É osso velho. Não sei do que é não; não sei se é de camelo, de índio, de... sei não, mas os ossos eu vi. É do tempo do dilúvio ou duma seca que eles morreram de sede. Um tempo, disse que teve um dilúvio de água, essa hora os bichinhos morreram afogados; ou na seca morreram de sede. Mas osso ai, oh, desse tamanho'' [demonstra].

Andrelino Alves de Miranda
"Ah, os ossos, a gente já comentava que eles só duram mais porque a água conserva eles, aí é que nós debatia. Mas o porquê, dizia que era porque não tem tutano e aí a água vai entrando nesses poros e vai segurando, vai sustentando. E aí vira quase pedra, uma hora pegava e um dizia: 'Isso aqui é uma pedra'; outro dizia: 'Não, senhor! É um osso, pode ver direitinho'. E nós pegava uma pedrinha, arrancava um canto e via: 'É osso mesmo, não é pedra, não'. E a gente achava que era a água que quase fazia virar pedra, pra sustentar ele aqui..."

"Aí tinha aqueles ossão, a gente ponhava pra debaixo do Juazeiro e sentava, ficava sentadão, mas nós sabia que não era pedra, não. Sabia que era osso, mas não tinha tutano... osso de boi tem tutano, de jumento, de cavalo, tudo tem tutano, e esses não tem. Nós não sabia de que era, não, mas sentava, ficava ali... Mas nós descobria que osso virava pedra, tá quase sendo pedra, porque não tem tutano. Esses que tem tutano acabam ligeiro, e os que não tem... Eles viviam dentro d'água, nós achava assim, por perto da água..."
"Mas nós já tinha ideia, veja, meu avó, meu pai, já diziam: 'Isso aqui morreu numa seca'; olha! 10 mil anos atrás, e nós bobos aqui dizia: 'Eles morreram foi de sede, foi de fome'. E a ciência, hoje, os cientistas diz

que foi num ano crítico, num ano que choveu pouco; e eles não acharam água, não tinham pra onde ir, nascidos e criados aqui, foram se juntando aqui... foram bebendo água, não tinha o que comer, foram bebendo água... e terminaram morrendo juntos, aí".

"Nós dizia: 'Isso aqui tem um bocado de ano que eles ficara'; o povo é sábio, rapaz! O matuto dizia: 'Isso aqui morreu foi em cima, aqui já foi a terra que aterrou'.

"Nós tirava água do bebedouro pra dar pros animais, e aí quando era com 5 anos que não tinha, a lagoa enchia e nós ia buscar no tal do bebedouro, tava sumido já! Um ano, dois anos, tava sumido... E aí nós dizia: 'Esse pau foi a gente que colocou, bebedouro de dar água pros animais, e olha a fundura que ele tá, um metro de fundura... Um metro a terra levou... Dizia: 'E esses daí que tão com dois metros?'; dizia: 'Esses daí faz um bocado de ano!'".

"Ele [o animal da megafauna] devia ser muito grande, nós dizia, o osso duma rodela dessa, como se fosse uma rodelinha do joelho [aponta para sua perna], a gente dizia, e nós sentados nela debaixo do Juazeiro dos Vaqueiros. Aí a ciência hoje vem passando por aqui, o Fantástico, que andou aqui, e diz: 'Isso aqui são coisas de 10 mil anos antes de Cristo'. Cada um tem uma ideia, o cientista cada um tem a sua, uma ideia diferente. E nós tava quase acertando também... Matuto, Vaqueiro, mas tinha uma noção também... eu fico pensando assim".

"E tinha as mulheres que iam lavar roupa. Chamavam a pá; três mães de família lavavam a roupa em cima da pá, desse objeto. E nós: 'a pá é muito maior do que de um boi', a gente contando historinhas ali. Ai a gente descobriu nesse tempo que tinham esses bichos, mas nós sabia, de certeza, que não era boi. Ai com o tempo... apareceu a professora e arqueóloga Niède Guidon, e nós cavando a lagoa, num ano desses aí, tem muitos anos, tinha muito osso lá e ela soube, veio parar aqui, aí começou a carregar os ossos; e dizia que não era mesmo, ela dizia que esses ossos não eram de gado, não; chamava essas preguiça gigante, e ai nós fomos descobrir mesmo que na verdade não era de gado, não".

“Hoje, vendo esses professores dando essas aulas, falando da questão da ciência, e eu imagino bem que a gente já sabia das coisas; eu com os meus 63 anos de idade, fico pensando, a gente já sabia das coisas, que ficava teimando também! 'É pedra!', 'não, senhor, é osso!', e ali começava aquela história desse passado... meu pai, meu avô...”

No Outro Tempo...

Andrelino Alves de Miranda

“O São Vitor aqui era comandado por um coronel; talvez tivesse em torno de umas 200 famílias aqui, do coronel, eram escravos, né. Ele se abrigou aqui e fez uma farmácia muito grande; e aí o pessoal de São Raimundo vinha comprar remédio aqui, 36 km daqui a São Raimundo. E aqui tinha tudo, tinha muita carne pra vender, tinha tudo... tinha espaço pra brincar, tinha os lugares aí de correr. Os escravos, não, tratavam eles dum jeito, não era muito bem porque era escravo. Mas todo dia o coronel matava um boi pra dar um pedacinho a eles - que era muito pequeno, que era em torno de 200 famílias, um boi dava um pedaço muito pequeno pra cada um. Mas todo dia matava”.

Maria José de Jesus Miranda

“Os mais véi contavam, mas eu não sei contar, sei que tinha muito lugar aí que tinha benfeitoria dos índios, essa parede mesmo do lado de cá era dos índios, falavam muito, que tinha sido os índios”.

Manoel Messias Neri Santiago

“Aí tinha umas paredes, agora não, mas aí tinha umas paredes de pedra que disse foram os escravos que fizeram, pedra do tamanho dessa coisa ai [aponta pra cima]. Os bichinhos botavam nas costas, na cabeça, carregava a paredona como daqui até a pedra e do riacho pra lá [aponta para o local]; ainda hoje tem uns pedaços das pedras. Do tempo dos cativos velhos, nego véi... branco botava pra trabalhar ai debaixo de taca”.

Júlio Paes de Castro

“Me falaram, quando eu cheguei aqui não cheguei a ver não, no tempo que eu vim morar pra cá, mas os mais velhos, meus pais, meus avós

falavam que aqui era uma fazenda de pessoas que criavam muito gado, aí existiu o escravo, que aqui inclusive tem uns vestígios aí, que os mais velhos hoje mesmo falam, tinha escravo, os homens trabalhavam como escravo nesse tempo. Mas só que foi muito antes, muito tempo antes de eu nascer aí, os mais velhos, que já morreram, falavam. Inclusive tinha uma velha aqui – ela morreu com 99 anos, agora ano passado – ela que sabia demais dessa história, falava bem que teve..."

Dona Marcionília ("Sunila")...

Na localidade foi montado o Memorial de Dona Marcionília, que pode ser entendido como um "museu-casa" de caráter temporário. Trata-se da residência de uma antiga personalidade de liderança, falecida há aproximadamente cinco anos (Figura 4). Neta de escravos, tal senhora era conhecida em toda a região devido às suas habilidades e aos "causos" que relatava sobre a história local, principalmente àqueles relacionados ao tempo do cativeiro. Assim, a concepção do memorial sustenta-se, portanto, na afetividade e lembrança popular sobre a moradora. Nesse espaço são apresentados os ambientes domésticos relacionados às atividades que ali eram executadas e estão diluídos os fragmentos da história de vida de "Sunila" (apelido carinhoso empregado à mesma), cuja subsistência também sempre esteve atrelada à lagoa de São Vitor, fonte de água para abastecimento e demais afazeres cotidianos.



Figura 4: Dona Marcionília

"Sunila" fazia toda e qualquer atividade doméstica, seja ela destinada aos homens ou às mulheres – cozinhava; pegava água; lavava roupas; lavrava a terra; pastoreava caprinos; caçava; pescava; proferia novenas domiciliares; "negociava" na sede do município; contava "estórias"; ajudava na criação das crianças da localidade (embora nunca tenha casado, nem tido filhos) e gostava de "política", apresentando-se como fiel ouvinte das programações do rádio, em especial as que tratavam da política local.

Na labuta: vaqueiros, lavadeiras e lavradores(as)

Manoel Messias Neri Santiago

"Pra dar água aos bichos e pra labutar; aliás, da lagoa mesmo não, mas dumas cacimbinhas aí que a gente usava até pra beber, era a água melhor do mundo. A da cacimbinha aí era cristalina. Agora a coisa arrochou porque não choveu mais direito, aí foi esgotando, acabando, e hoje tá difícil". "A seca era dura (...). Fome, era fome. Arranjava no mato, vinha buscar água aqui, na Fartura, na Baixa, na Seção; e os velhos iam pro mato, arrancar croatá, caçar o pebinha... difícil. Hoje não, se tiver dinheiro compra bem aqui debaixo [aponta pra sua frente], a farinha, a gordura, o feijão, tudo os carros vem trazer. Melhorou demais, rapaz! Tá beleza".

Maria Izabel dos Santos

"Todo mundo pegava água era na cabaça. Era plantada na roça, deixava amadurecer, botava água dentro pra 'pubar', e aí sacudia, sacudia, botava terra dentro (...) com umas pedrinhas, sacudia, até quando limpava bem limpinha. Eu nunca busquei água em pote, nem em lata".

"Lavava [roupa na lagoa]! Fazia [sabão]. Tinha vez que fazia era de tripa de bode (risos), de gado. De gado fazia era comer, se não comia fazia o sabão. E soda. De porco, tudo fazia".

Andrelino Alves de Miranda

"Da lagoa de São Vitor vinha gente da distância de 18 km, os vaqueiros vinham pegar os bois, vinham apanhar água pra beber. E no dia, a gente sentava debaixo daquele juazeirão bonito, os cavalos amarrados, e quando dava assim meio dia, cada um tinha uma história com os ossos desses bichos... Era pra fazer o debate, comia rapadura, com farinha, beiju de tapioca, aí quando cuidava que não lá vem o boi, o cabra já jogava rapadura no chão, vestia o jibão e ia montado no seu cavalo, que era a diversão. A essa altura a gente já tinha deixado os ossos de mão, era uma teima danada, cada um contando uma história, querendo saber mais que o outro..."

“Tinha uma árvore muito grande que a gente ficava debaixo dela, um Jatobazeiro, do tronco dele, lá no galho, que ficava distante... dava em torno de 30 metros, essa árvore, 30 metros quadrados. Uma sombra! Beleza porque no inverno era verde, mas na seca caía aquela folha do Jatobazeiro, caía e criava a outra folha, mês de agosto pra setembro. E aí era onde a gente ficava bebendo água, as mulheres lavavam roupa... Eita! Era uma festa. Vinha gente aqui de torno de 20 km, vinha pegar água aqui, no São Vitor, pra beber, porque lá não tinha. O São Vitor sempre foi um lugar de diversão – porque era uma fazenda, então se pegava boi, derrubava boi -, o pessoal vinha pra São Vitor, tinha os encontros, chamava naquele tempo os fazendeiros, na época de pegar boi, (...) aí os vaqueiros vinham ajuntar boi, pegar boi aqui e vinham se adivertir!”

Júlio Paes de Castro

“Minha lida era do Salão pra cá, que dá uns 2 km, era trazer os cavalos, jumento, cabra, vaca, bicho pra dar água no pé dessa lagoa aí. Eu conheci muita água, naquele tempo não existia quase água, era pouco, só existia essa água, aí a gente trazia pra dar água aos bichos aqui. Eu andando de a pé, pra lá e pra cá, naquela lida, meu pai também trabalhando naquela roça; eu mais meus dois irmãos, eu que era encarregado de dar água aos bichos”.

“A gente pegava água aqui pra beber também, nessa pedra; na argila, no barro dessa lagoa aí, a gente cavava o buraco, a água era de minação, mas era água boa, naquele tempo não tinha muita poluição, hoje tá mais difícil, apesar de não ter água também, a terra já tá mais um pouco contaminada, naquele tempo era limpa, os moradores eram poucos, os bichos também eram poucos, não tinha nada; nego cavava, tinham uns buraquinhos na fundura de meio metro, 60 cm, até 80 o máximo, aí tinha água de boa qualidade pra nós beber, era a água que a gente bebia; não existia cisterna, não existia nada; hoje tem os programas aí que deixaram cisterna quase em toda casa, ou toda, e geralmente nem utiliza mais a água, mesmo que crie água na lagoa, que tenha, volte a ter água de novo, aquela água que a gente cava e vem de minação, mas geralmente, quando chove também tem as cisternas ai captura a água das cisternas e bebe é de caldeirão”.

Nos tempos de menino

Manoel Messias Neri Santiago
"Conhecia aí um pé de Jatobá, que a cacimbinha de o povo beber água era debaixo do Jatobá, de lavar, de beber... Nós subia pelas galhas, descia pelo tronco; subia na pedra aí pela barriga e descia, com o colega aí, no tempo que era menino".

Henrique José Neri
"E ali ficava, por exemplo, eu e os meus irmãos, meu irmão mais velho, com uns dois companheiros, nós ficava ali, trincava subido no varão da porteira... tinha muita égua, muito burro novo, de todo jeito. E nós lá, ficava em cima do varão da porteira. Na hora que os burros enchiam a barriga de água, burrinho novo, nós obrigava ele passar por debaixo da gente e a gente pulava em cima; eles corriam com a gente até a entrada do mato que era ali na última casa, e aí nós pulava no chão e voltava dali. A gente brincava com tudo quanto era coisa interessante... Ali aonde tinha aquele Juazeiro que morreu."
"(...) E teve um terremoto aqui onde era essa... a casa do senhor de escravos. Pra mim, tinha umas cinco crianças, quando eu era moleque... Ai tinha muito caco de louça, mais linda do mundo, as louça... os caquim tudo bordadim que era umas beleza... dentro da casa. A casa toda em pé, as portas (...) E aí nós ia catar aquelas relíquias, né? Pra levar pra brincar (...) Pois um dia nós tava lá dentro da casa, catano os caquim de louça, quando nós vimos foi um estrondo que parece que tinha desabado o morro. Nós saimo de dentro de casa ai... que saímo doido e descemo aqui assombrado até em casa e nunca mais nós entramo nessa casa... foi até ela acabar (...)".

Andrelino Alves de Miranda
"Naquele tempo, nem bola tinha, ai a gente tirava a camisa, enrolava, costurava de caroá, pra jogar bola, não tinha bola. E aí a gente ia pro meio do terreiro, de pé no chão, botava as travas nas pedras, trançava; isso era no sol quente, era de tardinha, aqui no São Vitor. E depois nós ía

pro Calango – Calango é um povoado aqui próximo -, nós ía de a pé, correndo até lá, e de lá nós entrançava na bola, bola feita de camisa, e quando terminava já tava de noite. E os pais da gente era muito duros naquele tempo, 'Oh, tem que chegar tal hora!'. E a gente jogava bola e chegava quando terminava a bola, são 7 km daqui pro Calango. Mas era uma carreira pra lá, pra jogar bola; outra carreira pra cá, pra chegar na hora que o pai tinha marcado. Quer dizer, são essas historinhas que eu vejo que hoje não tem mais."

Júlio Paes de Castro

"Naquele tempo reunião era pouca, só às vezes uma peladazinha, quando era mais novo, vi os velhos jogando, que aqui do lado dessa igreja era o campo, sabe, que tinha pouca casa, hoje com a igreja acabou o campo; tem outro ali do outro lado. Eu reunia, assim, final de semana, que não era como hoje que a coisa tá livre, a gente não andava em meio de semana; naquele tempo a gente era mais cativos, os pais não deixavam a gente sair, só saía no dia de sábado, domingo, e era lá um sábado, às vezes uma diversãozinha pra assistir uma peladazinha de futebol, que eles jogavam aqui, meu pai ainda jogava; a não ser tinha de vir estudar, naquele tempo os moleques não eram libertos, não, primeiro trabalhar. Era catar mamona, era trabalhar, eu mesmo minha profissão quando tinha 10, 12 anos era catar mamona, que meu pai plantava mamona, criava alguma coisa, e a gente tinha que ir pra roça, catar mamona, ajudar os pais. E vinha estudar aqui, o Henrique Neri foi o meu primeiro professor aqui, quando eu comecei as primeiras letras do alfabeto, do abc, da cartilha, eu estudava na casa dele, não tinha colégio, não tinha nada, naquele tempo".

Andrelino Alves de Miranda

"Eu era bom pra ler, enxergava bem, e... uma das mais velhas daqui, chamava 'Mãe Pastora' [mãe de D. Marcionília] todo mundo aqui chamava 'Mãe Pastora', porque a velha era parteira, né? Todo mundo aqui quando nascia os filhos, era ela quem pegava; não tinha hospital, naquele tempo. Ela morreu tinha 103 anos de idade. E aí a gente ia pra lá, era Mãe Pastora, Sunila, Joventina... e a mãe Joventina foi quem cortou meu umbigo, quando nasci... E aí elas diziam: 'Pindoxa'; que eu

me chamo Andrelino, mas conhecido como Pindoxa, vamos contar história, pega os livrim, pega os romancezim. O romancezinho tinha a história do Cancão de Fogo. Cancão de Fogo, rapaz era tão ruim, ladrão! Tão ruim que foi pro inferno vivo; chegou no inferno: 'Não, você vá embora daqui, ninguém lhe quer aqui, não!' Era tanta história! A gente sorria...''

Diziam os mais velhos

Manoel Messias Neri Santiago

"Eu nunca vi não, mas dizem os mais velhos, os senhores mais velhos que moravam aqui; a velha Pastora, Marcionília, que morreu com 90 e tantos anos, ano passado, contavam que viram esse carneiro de ouro passeando em cima da pedra, mas eu não vi, não... diz que o bicho era de ouro, ficava em riba da pedra..."

Ao concluir: Ciência e Sabedoria Popular na Lagoa de São Vitor

As relações entre os conhecimentos de populações tradicionais e o conhecimento científico dito oficial são apresentadas por Manuela Cunha (2009) por meio da discussão em torno da disparidade de importância atribuída entre Saberes Tradicionais e Ciência. Tal autora considera que há muitos obstáculos a serem transpostos, pois a ciência moderna atua de modo hegemônico.

Esta, por meio dos seus conceitos articulados, sobrepõe-se à ciência tradicional que, por sua vez, usa percepções pautadas na lógica das qualidades sensíveis de seus portadores. Como saída viável, ela considera ser necessário construir novas instituições e relações equitativas com as populações tradicionais e seus saberes. Logo, a partir de uma das perguntas guias utilizadas no seu trabalho - ‘‘O que as ciências tradicionais podem aportar à ciência?’’-, é cabível realizar, analogicamente, um outro questionamento: o que a ciência tida como

oficial pode aportar para as ciências tradicionais?

Um olhar sobre a autonomia cultural e intelectual dos habitantes da localidade Lagoa de São Vitor, bem como a divulgação do conhecimento científico produzido sobre o lugar, revela o conhecimento e o reconhecimento de um espaço por seus próprios anfitriões, e respeitar isso é seguir a lógica proposta por Cunha (2009). É a satisfação de ser de São Vitor que tanto contagia moradores e encanta visitantes e pesquisadores.

O que dizer da apresentação da "grande São Vitor" quando imediatamente se compreende que "São Vitor é seu povo"? É um orgulho que se percebe transbordar nas "considerações inicias" de qualquer relato sobre o lugar, em especial sobre "a Lagoa".

Impossível é falar nessa lagoa sem evocar "autobiografias" construídas e vividas em função da vida e da "Labuta de vaqueiros, lavadeiras e lavradores (as) em torno da mesma. Em uma cronologia própria, fundamentada "No outro tempo", preserva-se e propaga-se conhecimentos históricos cultivados há séculos.

Na contemporaneidade, porém, tem-se então uma São Vitor cujo sentido só se consolida quando é possível externar histórias desde os "Tempos de menino", quando se parava com mais frequência para se ouvir o que "Diziam os mais velhos".

Por fim, é do debate realizado por várias gerações na beira da Lagoa de São Vitor sobre a identidade e origem dos vestígios que afloram até hoje na sua superfície em períodos de estiagem, se são "Ossos ou pedras?", que um tipo de intercâmbio cultural e científico especial é instigado nessa localidade. E, na medida em que palavras e imagens não conseguiriam transmitir com fidelidade o que de fato são essas pessoas "apaixonadas e apaixonantes", ideias como o Turismo em São Vitor ou o Museu de São Vitor já fazem parte do imaginário das mesmas: idosos, adultos e crianças.

Andrelino Alves de Miranda
(Pindoxa)

"O meu sonho é fazer um museu pra ficar aqui! Eu já tô aqui na metade da vida, mas querendo que esses meninos... e eles vão dizer assim: _ 'Isso aqui foi o Pindoxa que deixou aqui'; é, porque foi eu quem trouxe de lá pra cá. Muitos não procuram entender, não sabem o que é, né. 'Nam, isso aí foi o Pindoxa que trouxe da lagoa pra cá' (...) Assim, essas coisas, a gente fica pensando pra manter eles bonitos, num lugar bonito... pra ficar na história, no São Vitor!''



Figura 5: Senhor Andrelino Alves de Miranda mostrando os fósseis encontrados na Lagoa.

É inegável a influência que o reconhecimento do patrimônio cultural e ambiental obtido com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara trouxe para essa região. Com isso , percebe-se que conceitos e teorias sobre preservação, ou mesmo sobre sustentabilidade, são de fato "vividos com leveza e sutileza" em São Vitor.

Nesse sentido, a interlocução decorrente da mínima imersão que se faça por lá, ou mesmo na "memória desse povo", flagra o transbordar dessas histórias e anseios traduzidos em "sonhos coletivos", como é o caso do Museu. Isso também implica na possibilidade de coparticipação nesse cenário, o que, de uma maneira poética, se coaduna com as sábias palavras já proferidas pelo cantor Raul Seixas em sua canção Prelúdio: "Sonho que se sonha só/ É só um sonho que se sonha só/ Mas sonho que se sonha junto é realidade".



Figura 6: Exposição Paleontológica do acervo do Sr. Andrelino Alves de Miranda e oficinas realizadas na garagem da sua residência. (Acervo: PROEX-UNIVASF/São Vitor).

Referências

ASSIS, N. P. D. **Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular.** Edital PIBEX, Petrolina, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 301-310.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODÓI, E. P. de. **O Trabalho da Memória:** cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

LUCAS, L.; HOFF, T. Resistência e emancipação social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. In: **Anais do XVI Encontro da Compós**. Curitiba, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009. p.25-44.

TV CAATINGA. **Ciência e Sabedoria Popular na Lagoa de São Vitor.** 2014. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=ULDD3dDbX64>. Acesso em 13/01/2017

Relação dos autores

Adonias Antonio Galvão Neto (Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural- PEP/MP/IPHAN)

Ana Stela de Negreiros Oliveira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN)

Andrelino Alves de Miranda (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Andréia Oliveira Macedo (Fundação Museu do Homem Americano- FUMDHAM)

Bruno Vitor de Farias Vieira (Doutorando em Arqueologia- Universidade Federal de Sergipe)

Elver Luiz Mayer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRS; Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul –FZB/RS)

Henrique José Neri (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Iderlan de Souza (Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio- Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF)

Júlio Paes de Castro (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Leandro Elias Canaan Mageste (Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF)

Manoel Messias Neri Santiago (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Maria Izabel dos Santos (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Maria José de Jesus Miranda (Associação dos Moradores da Localidade São Vitor)

Nívia Paula Dias de Assis (Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF)

